



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CLEOMAR DE MATTOS

MOVIMENTOS SOCIAIS E AGROECOLOGIA NO OESTE DE SANTA CATARINA -

2015 A 2019

CHAPECÓ

2019

CLEOMAR DE MATTOS

MOVIMENTOS SOCIAIS E AGROECOLOGIA NO OESTE DE SANTA CATARINA -
2015 A 2019

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora. Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto

CHAPECÓ

2019



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA - LICENCIATURA
Rodovia SC - 484, Km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC CEP 89815-899, 2049-6426
historia.ch@uffs.edu.br, www.uffs.edu.br

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Aos vinte seis de novembro de dois mil e dezenove, às 21 horas nas dependências do *Campus* Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos(as) professores(as): **Professor(a) Orientador(a) Dra. Samira Peruchi Moretto, Professor(a) Avaliador(a) Dr. Marlon Brandt e Professor(a) Avaliador(a) Dr. Claiton Márcio da Silva.** O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pelo(a) acadêmico(a) **CLEOMAR DE MATTOS** sob o título: "*MOVIMENTOS SOCIAIS E AGROECOLOGIA NO OESTE DE SANTA CATARINA - 2015 A 2019*". obteve nota 9,5 sendo considerado aprovado.

Chapecó - SC, 26 de novembro de 2019.

Dra. Samira Peruchi Moretto
Professor(a) Orientador(a)

Dr. Marlon Brandt
Professor(a) Avaliador(a)

Dr. Claiton Márcio da Silva
Professor(a) Avaliador(a)

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mattos, Cleomar de
MOVIMENTOS SOCIAIS E AGROECOLOGIA NO OESTE DE SANTA
CATARINA - 2015 A 2019 / Cleomar de Mattos. -- 2019.
61 f.

Orientador: Doutora Samira Peruchi Moretto.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
História-Licenciatura, Chapecó, SC , 2019.

1. Agricultura familiar. 2. Agroecologia. 3.
Desenvolvimento sustentável. I. Moretto, Samira Peruchi,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

RESUMO

O papel da agroecologia se torna importante a partir dos debates em torno do uso dos agrotóxicos e da segurança alimentar. O objetivo desse estudo é analisar os projetos e o incentivos à agroecologia no Oeste de Santa Catarina, observando as ações realizadas pela Associação dos Pequenos Agricultores no Oeste Catarinense (APACO) entre os anos de 2015 a 2019, como foco na permanência da agricultura familiar no campo e as práticas agroecológicas, a partir do viés historiográfico da história ambiental, constituído pela interdisciplinaridade, foram analisados três projetos que envolvem agroecologia, permanência do jovem no campo e biofertilizante, além de ações sociais, práticas agrícolas sustentáveis e o incentivo a agroecologia. O resultado da pesquisa, demonstra a importância de ações sociais e incentivo à permanência do homem no campo na mudança sociocultural sobre a produção agroecológica.

Palavras-Chave: agricultura familiar. agroecologia. desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The role of agroecology becomes important from the debates around pesticide use and food safety. The aim of this study is to analyze the projects and encourage agroecology in the west of Santa Catarina, observing as actions carried out by the Association of Small Farmers in the west of Santa Catarina (APACO) from 2015 to 2019, focusing on the permanence of family farming in the countryside. and as agroecological practices, since the history of environmental history, constituted by interdisciplinarity, three projects involving agroecology, permanence of young people in the field and biofertilizer, as well as social actions, sustainable practices and incentive to agroecology were analyzed. The result of the research demonstrates the importance of social actions and encouraging the permanence of men in the field in the socio-cultural change on agroecological production.

Keywords: family farming. agroecology. sustainable development.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram a construir esse trabalho, a minha orientadora Samira Peruchi Moretto, por me apoiar na mudança de tema em um momento difícil da minha vida, a APACO por proporcionar o incentivo e ajuda na organização dos projetos agroecológicos.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

ONG - Organizações Não Governamentais

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

EUA - Estados Unidos da América

SPG - Secretaria de Estado do Planejamento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MOVIMENTOS SOCIAIS E HISTÓRIA AMBIENTAL	16
2.1	AS TRANSFORMAÇÕES DO AMBIENTE RURAL EM SANTA CATARIANA 16	
2.2	MOVIMENTOS SOCIAIS.....	19
2.3	MOVIMENTOS SOCIAIS E TEORIAS.....	21
2.4	REVOLUÇÃO VERDE.....	23
3	HISTÓRIA AMBIENTAL E AGRICULTURA AGROECOLÓGICA	26
3.1	AGRICULTURA E AGROECOLOGIA.....	29
3.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31
4	INCLUSÃO SOCIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES.....	35
4.1	AGRICULTURA FAMILIAR.....	35
4.2	MIGRAÇÃO RURAL/URBANO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	40
4.3	AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA.....	42
4.4	CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS AGROECOLÓGICOS	47
4.5	PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E SUA IMPORTÂNCIA	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57
	FONTES.....	60

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas o bem-estar alimentar representou o crescimento nos debates sobre alimentação saudável e de qualidade, principalmente de alimentos orgânicos, na perspectiva da reeducação alimentar. Buscando esclarecimentos sobre a qualidade alimentar, esse trabalho propõe-se entender a participação de Organizações não Governamentais (ONGs), movimentos sociais que desenvolvem projetos com base na agroecologia, como tais assuntos se complementam e são de extrema importância para difusão da agroecologia. Pesquisando a influência da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) no desenvolvimento dos pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina, entre os anos 2015 e 2019, verificando a participação na arrecadação de recursos através de projetos, a fim de melhoria na produção orgânica.

Justificando a importância da escolha do tema na perspectiva ambiental e socio ambiental, visa o desenvolvimento regional a partir de ações não governamental, pois existe baixo incentivo governamental na área de assistencialismo técnico para os pequenos agricultores no Oeste de Santa Catarina, abandono orçamentário e pouco estímulo fiscal, justificam muitas vezes o afastamento das práticas agroecológicas e a migração para insumos químicos e agrotóxicos. O segundo ponto na escolha do tema foi ter trabalhado na APACO, indiretamente nos projetos, percebendo as dificuldades que os agricultores enfrentam na produção orgânica, para compreender melhor a dificuldades dos agricultores Cancelier (2005) destaca:

Apesar das dificuldades expostas os agricultores familiares lutam para sobreviver e para manter a propriedade rural. Permanecem utilizando todas as possibilidades possíveis, as estratégias de reprodução são diversificadas e essenciais para a agricultura familiar. (CANCELIER, 2005. p 4)

Cancelier (2005) descreve a luta da agricultura familiar e a permanência no campo, a luta se destaca por ser constante, reivindicando direitos, financiamento, políticas públicas e em muitas vezes o abandono é a única solução. A APACO, elabora projetos nos quais compreender o processo histórico dos pequenos produtores e viabilizar ações que possibilitam uma nova visão de produção sustentáveis para os pequenos produtores.

Após 2015, os investimos em projetos que envolvam agroecologia e pequenos produtores rurais, sofreram grande perda em investimento governamentais, levaram a grande evasão de pequenas famílias do âmbito rural e também a precarização da produção familiar. A

busca por financiamento de projeto que envolve a permanência do homem no campo se deu a partir de instituições privadas, que optaram por incentivos fiscais ao financiar projetos sociais. Compreendendo que os investimentos em assistencialismo técnico rural foram finalizados pelo governo, abrindo uma brecha para que pequenos agricultores utilizem agrotóxicos obtendo lucro em curto prazo.

Para entender o crescimento do uso de agrotóxicos é necessário compreender o processo histórico dos avanços das tecnologias agrárias, Altieri (2004) destaca que a partir da Segunda Guerra Mundial o mundo estava fragilizado e com pouca produção de alimentos, vários países viram a possibilidade de crescer na produção para aquecer o mercado. A América Latina foi pouco afetada durante a Segunda Guerra Mundial na perspectiva militar, após esse período existiu a possibilidade de crescimento na produção de alimentos com grandes áreas de terras e mão de obra, propícias a exploração de alimentos no qual foi projetado pela Revolução Verde, objetivando o incentivo a exploração das terras com base no financiamento de diversos setores agrários.

Segundo Altieri (2004) a exploração dos solos, retirada da vegetação para o plantio de sementes e o uso excessivo dos agrotóxicos, deixaram sequelas no solo capazes de modificar a estrutura de absorção da água, sendo assim o escoamento é realocado para rios e lagos, poluindo a água no campo e nas cidades. Analisando os aspectos do solo deixados pelo desmatamento e o plantio com agrotóxicos Lazzari e Souza (2017) destacam diversos impactos ambientais e a contaminação de alimentos e animais das regiões aonde é utilizado, os surgimentos de pragas imunes aos agrotóxicos foram crescendo gradativamente, desaparecendo a variedade do cultivo pelo solo infértil.

Para Worster (1991) pesquisar as mudanças na sociedade e no ambiente e os impactos que a utilização de grande quantidade de agrotóxicos utilizados nas plantações, abrange os estudos do historiador ambiental, pensar história não somente com base em grandes historiadores, também a partir de mudanças no presente. O mesmo autor ainda cita que a história ambiental, reúne semelhança de diversos locais, sendo assim não havendo fronteiras nacionais, muitas das questões que salientam a história ambiental estão ligadas a diversos quadros sociais, políticos e econômicos.

A História Ambiental se dedica a estudar as relações dos seres humanos e natureza, segundo Drummond (1991), é necessário colocar como medida nessas relações o fator tempo, as mudanças na sociedade humana que constroem o fator cultural. A interpretação do fator tempo pode ser analisadas de diversas maneiras, nesse trabalho acompanha o fator de mudança social e impactos que as famílias tiveram ao longo dos projetos sociais e agroecológicos.

Este trabalho utilizará o viés da história ambiental, para desenvolver suas análises. Worster (1991), afirma que a história ambiental nasceu de um objetivo moral, trazendo fortes compreensões políticas à medida que se desenvolve. Por isto a importância da história ambiental, para este estudo, uma vez que a APACO se tornou um órgão importante para o desenvolvimento da agricultura familiar em seu início, posteriormente se desenvolvendo quem aspectos agroecológicos e permanência do homem no campo, a partir de ações junto como órgãos do governo e entidades privadas. Portanto a história ambiental possibilita compreender o papel e do lugar da natureza na vida humana. Há um consenso de que natureza designa o mundo não-humano, o mundo que não criamos originalmente já o ambiente social, o cenário no qual os humanos interagem uns com os outros na ausência da natureza, fica, portanto, excluído (WORSTER, 1991).

Para Duarte (2005) é possível perceber as relações humanas com o meio ambientes, pois o ser humano sempre tirou da natureza a sua sobrevivência, como exemplo, o desmatamento que significou mudança na natureza. Perante a análise do método de mudança e a perspectiva dos impactos ambientais deixados pelas técnicas agrícolas voltadas ao capitalismo, esse trabalho terá como tema analisar fontes, pretendendo em certo ponto, verificar as mudanças na vida dos pequenos agricultores e das pequenas propriedades. Tendo em vista o investimento em projetos sociais que muda a perspectiva de vida do homem no campo, a APACO entre os anos de 2015 a 2019 elaborou três projetos que possibilitaram um investimento de empresas privadas. Com o viés social a APACO estuda alternativas possíveis de serem implementadas no Oeste de Santa Catarina, abrangendo os aspectos agroecológicos.

As fontes desse trabalho estão localizadas na APACO, abrangem ações sociais, sendo a primeiro o projeto da permanência do homem no campo como o título “*Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense*”¹ financiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que visa o treinamento, investimento das famílias cadastrada no projeto e que se enquadram no perfil. O segundo projeto nomeado “*Projeto 15.025 – Juventude Rural*”² Financiado pela fundação Branco do Brasil, foca na participação do homem no campo, visando, treinamento, equipamento como notebook internet da juventude rural no campo, o terceiro projeto sobre “*Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA*”³, financiado

¹ APACO. **Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense**. Chapecó, 2016

² APACO. **Projeto 15.025 – Juventude Rural**. Chapecó, 2015

³ APACO. **Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA**. Chapecó, 2018

pelo banco Itaú, abrange questões ao impacto ambiental na agricultura, investimento em treinamento sobre agroecologia e implementação de mecanismo de biofertilizantes. Para empreender as ações dos projetos a EMBRAPA (2006) destaca a importância das atualizações das técnicas e modelos rurais.

A noção de Agricultura de Base Ecológica se traduz pela coexistência de várias escolas ou correntes que propõem a aplicação de princípios ecológicos à produção agropecuária, a partir da incorporação de técnicas alternativas ao modelo convencional e à diversificação de sistemas de produção, permitindo a redução ou subtração do uso de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos. O viés tecnológico é central, muito embora algumas escolas o associem a orientações sociais, culturais, religiosas ou filosóficas. (EMBRAPA, 2006, p. 3).

Ações agroecológicas destacam-se por estudos de diversas ciências, evoluem princípios das Ciências Sociais estudar o indivíduo e em qual lugar ele está inserido na sociedade. Associações que possuem princípios ecológicos como a APACO, requer a demanda de pessoal qualificado para compreender o objeto a ser trabalhado. A base da agroecologia é elaborar ações sustentáveis, aplicações que envolvem os indivíduos em várias atividades, desde a parte técnica à pessoal, pois as ações não ocorrem de maneira isoladas, mas sim em conjuntos com outros indivíduos ou famílias.

Com base nos princípios da agroecologia busca a cooperação entre as famílias rurais, foi o apoio para criação da APACO, mesmo antes da sua criação a base de comunicação e assistencialismo técnico ao pequeno agricultor já estava em diálogo. A sua formação como instituição de assistência aos pequenos agricultores teve início em 1989, pela iniciativa dos próprios pequenos agricultores, como pode ser observado na ata:

Ata número (01) um. Realizou-se no dia vinte (20), do mês de novembro (11), de um mil novecentos e oitenta e nove (1989), a primeira (1ª) Assembleia geral extraordinária para a fundação da Associação dos pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina – APACO. Tratou-se da seguinte ordem do dia: 09:00; Abertura – 9:30 história do projeto de cooperação agrícola – 10:00 horas; Discussão e apresentação do estatuto – 13:30 horas; Composição e eleição da diretoria – 14:30; Encaminhamentos – 16:00 horas; Avaliação- 16:30 horas; Enceramento. Durante a exposição sobre o histórico do projeto de cooperação agrícola foi lembrado que atualmente já existe 46 grupos de pequenos agricultores na Região Oeste Catarinense com os quais a APACO vem mantendo contato. (APACO, 1989, p. 1)

Com fundação na organização dos pequenos agricultores em Santa Catarina e a falta de assistencialismo técnico perante o governo brasileiro durante a ditadura militar, a APACO começou o diálogo com os agricultores, sobretudo a partir de 1988, no qual a constituinte teve um grande avanço em projetos para as famílias agrícolas. Para Grisa (2014) a constituinte de

1988 contribuiu e incitou a criação de organizações e novos espaços para participação social, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf). Cabe salientar que o Pronaf é um serviço social para municípios mais pobres, com taxa de urbanização pequena e baixa produtividade agrícola, associando ao crescimento econômico e social das famílias rurais. Muitos dos programas e projetos iniciais da APACO foram financiados pelo Pronaf. Não sendo suficiente para manter a estrutura base dos serviços oferecidos, a APACO se inscreveu em diversos programas de financiados a partir da iniciativa privada a partir do ano de 2012. Esse trabalho analisou os projetos do ano de 2015 a 2019, projetos estes que envolvem aspectos sociais, agricultura familiar, econômicos, sustentável e agroecológicos, financiados pela iniciativa privada, mas mantendo sua base social.

Trabalhando com a interdisciplinaridade, a APACO se desenvolveu a partir dos movimentos sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sendo os principais movimentos sociais para fundação ideológica da APACO, a luta política e social em prol de ações dos agricultores familiares. A luta por melhores condições de trabalho na agricultura, foi uma das várias pautas que foram estabelecidas pelos movimentos no Oeste de Santa Catarina, (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011) ressalta as mudanças políticas e luta perante aos grandes latifundiários.

Diante das mudanças desencadeadas pela globalização, organizações de trabalhadores rurais, agricultores familiares e camponeses de vários países, em especial na América Latina, reagem atualizando sua agenda política e reorientando seu campo de conflitos; nela, o enfrentamento e a luta política contra o modelo do agronegócio surgem como elemento central. (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011, p. 86)

A partir de 1984 houve muitas lutas por direitos e por democracia plena, não somente uma fantasia de ações ditatoriais que visavam o crescimento brasileiro, vale destacar que o Brasil viveu uma grande crise econômicas e política no final da década de 1980, dando início ao processo de redemocratização brasileira com a participação da sociedade civil no sistema democrático, obtendo novos agentes social na criação de direitos e regras políticas públicas com referências globais e regionais. A participação de setores civis e organizações sociais na construção de condições socioeconômicos, protagonizando várias mudanças, principalmente na agricultura familiar, dialogando com o cenário nacional e internacional.

O processo histórico da agricultura familiar, sempre esteve à mercê do estado, envolvendo pouca participação social, no entanto com a constituição de 1988, foram estabelecidas diversas iniciativas e reconhecimento social para agricultura familiar. Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995, abrangeu a

participação das Organizações e cooperativas agrícolas. Esse projeto destaca-se pela participação política/social da agricultura familiar. As atas da APACO, corroboram para compreender a participação do Oeste de Santa Catarina na contribuindo e construção da agricultura familiar, visando o diálogo com entidades participativas no processo político no Brasil.

Durante a exposição sobre o histórico do projeto de cooperação agrícola foi lembrado que atualmente já existem 46 grupos de pequenos agricultores na Região Leste Catarinense, com os quais a APACO vem mantendo contato. A cooperação agrícola e a organização dos agricultores foram apontadas como indispensáveis na implementação de novas proposta de organização da produção agropecuária com base no pequeno produtor “pequena produção familiar”. (APACO, 1989, p.1)

A primeira assembleia da APACO se destacou pela criação da comissão administrativa com ênfase no diálogo como outras organizações de cooperação agropecuário em Santa Catarina, destacando que (RIBEIRO; CLEPS JUNIOR, 2011) argumenta que a partir da década de 1990 os países em desenvolvimento da América latina e a queda de vários regimes políticos repressivos econômicos, sociais, políticos, abrem espaços para criação de cooperativas com intuito de crescimento social dos pequenos agricultores. A Ata de nº 02 realizada em 31 de maio de 1990 tem como objetivo principal as reorganizações dos grupos familiares e a inclusão de novos grupos, melhorando o desenvolvimento e a comercialização, no qual estão inclusos 1140 famílias, 74 grupos e associações e 6 centrais municipais, na Ata também foi estabelecido a função social da APACO:

Ficou Claro que a função da APACO é servir como “ferramenta” na construção de um novo projeto político de sociedade e a necessidade de trabalharmos no econômico como um meio não como um fim e desta forma possibilitar os agricultores serem sujeitos da sua própria história. (APACO, 1991, p. 3)

Representando a função social da APACO se destaca seu o projeto de organizacional, na qual cada família pode escolher as melhores possibilidades econômicas, na construção histórica do sujeito e sua participação política. Na construção histórica o modelo de produção da agricultura familiar estava ligado as grandes propriedades na qual a vida econômica estava a mercê dos grandes latifundiários. Com a participação dos pequenos produtores na agricultura, muda-se o cenário político/social, na qual é importante salientar que as condições legais raramente são aplicadas e são pouco garantidas, sem reiniciações e participações dos interessados.

Com base nesses entendimentos esse trabalho será dividido em dois capítulos, o primeiro será trabalhado a historiografia dos movimentos sociais, história ambiental e agroecologia. A história ambiental do Oeste de Santa Catarina, destaca-se pela extração de madeira por parte das colonizadoras e a divisão de terras, transformando o ambiente em pequenos lotes. Para compreender a fundação da APACO no Oeste de Santa Catarina os movimentos sociais tiveram uma importante participação na criação de políticas públicas almejando as lutas pelo direito a terra, assistencialismo técnico na criação de ONGs que auxiliam na permanência dos direitos adquiridos.

O segundo capítulo, dedicado a analisar a participação dos movimentos sociais para consolidações das atividades agroecológicas, almejado a transformação social dos pequenos agricultores através de alterações sociais. A consolidação da agroecologia participativa para os pequenos produtores teve como base a luta de movimentos sociais em prol do direito a terra, questionando o cenário rural no qual se encontra. A agroecologia no Oeste de Santa Catarina está bastante ligada a estrutura familiar, se adaptando ao cenário político e social, para compreender a situação do mercado e sua dinâmica, pois a agricultura familiar historicamente é muito fragilizada.

A produção agroecológica se destacou como uma fonte de renda principal, passando de processo de transformação sociais e econômica, na maioria dos casos o produtor utiliza a agroecologia como fonte secundária de renda, utilizando os mercados públicos e feiras para forma principal de renda, a partir dos estudos dos projetos pode-se perceber que a partir da certificação dos produtos orgânicos, os pequenos produtores tiveram plena capacidade de participar economicamente ativo nos mercados da região e possivelmente exportando seus produtos para outros estados.

A importância da certificação orgânica é garantir para os consumidores a origem do produto orgânico, oferecendo a credibilidade e confiança necessário. A produção orgânica ou agroecológica das famílias beneficiadas é fundamental para consolidação do modelo sustentável rural, perante o modelo convencional agroquímico.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E HISTÓRIA AMBIENTAL

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO AMBIENTE RURAL EM SANTA CATARIANA

Para entender o processo agrário do Oeste de Santa Catarina é necessário compreender quem seriam essas pessoas que estão ocupando esse espaço, as transformações no ambiente se

dão pelo processo migratório ou imigratório na região. Esse procedimento abrange diversos aspectos, mudança na paisagem, criação de centros urbanos, modificação do espaço, entre outros. A mudança na paisagem descreve a participação do homem na ocupação dos territórios “ociosos”, na qual abrange pouca ou nula a participação do “homem civilizado”. Na qual contamos com o primeiro processo de ocupação do espaço de Santa Catarina, ligado ao elemento do homem branco e europeu no sistema colonizatório.

A diferenciação da vegetação no planalto Sul do Brasil áreas de campo e florestas levou a diferentes formas de ocupação do espaço, resultando em diferentes paisagens. Povoado durante séculos por diversas tradições e grupos indígenas dos quais os mais conhecidos são os Kaingáng e Xoclog, o planalto catarinense passou a ser alvo das primeiras incursões europeias ainda no século XVI. (BRANDT, 2015, p. 12)

O processo de transformação da Mata Atlântica pra áreas de plantio ou criação de gado modificou drasticamente as florestas e campo naturais, nos quais Brandt (2015), destaca que enquanto o campo era a econômica principal do Brasil e as florestas eram um obstáculo. Já para Silva (2008), o processo de mudança do territorial brasileiro se deu em grande parte pelo processo de sesmaria, no qual divide o cenário brasileiro para povoamento e ocupação do solo, no entanto o espaço de povoamento já estava ocupado por outros povos. “A moderna colonização europeia criou, nesse sentido, a disponibilidade das terras para o capital mercantil, mesmo quando para isso foi necessário expulsar, matar ou subjugar os indígenas que se encontravam nela.” (SILVA, 2008, p. 33).

Para implementação do sistema colonial e a ocupação do território brasileiro pelos colonos, inclui o procedimento de desocupação das terras, através de submissão dos povos indígenas que ali viviam. A submissão nas maiorias das vezes se destaca por mortes e expulsões dos povos, modificando socialmente a cultura indígena. No Oeste de Santa Catarina a colonização aconteceu no início do século XX, buscando preencher o espaço de terras devolutas com intuito de proteger as fronteiras. As colonizadoras tiveram participação e objetivo e desocupação das terras, e a expulsão dos caboclos, posteriormente a venda dos recursos naturais e organização dos espaços em lotes.

A partir do século XX, a região do Oeste de Santa Catarina passou a receber migrantes de descendência europeia oriundos de outras colônias, principalmente do Rio Grande do Sul, em buscas de terras para lavoura. O Governo do Estado concedeu terras devolutas a algumas companhias colonizadoras, as quais ficaram encarregadas por dividir as terras em lotes que seriam vendidos aos colonos. O interesse do Estado era incentivar a vinda de migrantes com forma de garantir a legitimidade de posse da região, que havia sido disputada anteriormente tanto pela Argentina quanto pelo Estado do Paraná. (MORRETO; RIVEIRO, 2018, p. 70)

A participação das colonizadoras corresponde o interesse do estado pela região de disputa, tal disputa abrange aspectos da terra e seu uso, na qual vista como uma terra de ninguém a ser ocupada o mais breve possível, legitimando a necessidade de crescimento regional. A modificação do ambiente se deu pela grande extração de madeira e crescimento agrícola, para Lindenmeyer (2009) os novos personagens possuíam ideologia europeia colonos trabalhadores, construtores do progresso e da civilização, nos quais vinha a proposta de construir uma sociedade brasileira/europeia, destacando que o jornal *A Voz de Chapecó* anunciava os empreendimentos da colonizadora Ernesto F. Bertaso, o mesmo autor salienta que as notícias destacam que região continha uma grande abundância de terras e madeira (Araucárias) para extração.

Posteriormente a ocupação do Oeste de Santa Catarina, várias outras empresas foram se estabelecendo para oferecer serviços necessários para extração de madeira, a colonizadora Irmão Lunardi, possibilitou a instalação de serrarias no Oeste de Santa Catarina, com propaganda que na região tinham um belíssimo clima e mais saudável do Estado, segundo (MORRETO; RIVEIRO, 2018). O Oeste de Santa Catarina oferece a situação propícia para o crescimento da agricultura e a limpeza da terra, enfatizando que a mão de obra na extração de madeiras foram feitas pelos próprios caboclos da região, a grande maioria dos caboclos ajudavam para o próprio desmatamento da região, já uma pequena parte dos caboclos lutava para permanecer na suas terras (LINDENMEYER, 2009).

Os caboclos que permaneciam na região viviam um regime de conflito com as colonizadoras, esse conflito se complicava no processo de desocupação de terras limpeza da área, provocando atritos entre eles, principalmente pelo uso da terra (BRANDT, 2015). As disputas davam por razões econômicas e a utilização da terra, que fugiam dos padrões de rotatividade, os colonizadores introduziam valores que deveriam ser seguidos segundo (BRANDT, 2015).

As mudanças sociais e de paisagens modificaram o cenário do Oeste de Santa Catarina nos últimos 100 anos, abrangeram significativos impactos no ambiente. Essas mudanças se caracterizaram pela grande exploração dos recursos naturais e conflitos políticos, envolvendo o impulsionamento de atividades de extração e plantio.

Essa paisagem vai ser crucial na ocupação da região oeste catarinense, onde a utilização dos recursos naturais apresentados, bem como aqueles ligados direta e indiretamente, catalisou a formação de uma sociedade heterogênea englobando os grupos indígenas e caboclos, acrescida por descendentes de imigrantes europeus teutos e ítalo-brasileiros. (RODRIGUES; NEUMANN, 2015, p. 2).

Historicamente os caboclos são discriminados por viverem uma vida mais simples, destacando que os caboclos contêm miscigenação entre índios, colonizadores europeus e negros. (RODRIGUES; NEUMANN, 2015). Os caboclos possuem uma vida simples, trabalhando na produção de subsistência, muitas vezes contra a visão das colonizadoras, que alvejavam a produção em grande escala, buscando o crescimento econômico. Os caboclos podem ser identificados pela agricultura familiar no processo de colonização, resistindo aos métodos econômicos que os colonizadores implementavam no Oeste de Santa Catarina.

A agricultura familiar é essencial para compreender o Oeste de Santa Catarina rural e ambiental, envolvendo mudanças sociais, culturais e econômicas, tendo em vista que na região contém uma grande diversidade de atividades agrícolas, desenvolvidas pelos pequenos produtores (CANCELIER, 2013). O município de Chapecó está inserido nessa situação, ocorrendo o predomínio das pequenas propriedades e da atividade agrícola familiar.

Apesar de a colonização na região ser recente, se comparada à de outras regiões do estado, foi capaz de desenvolver uma forte indústria agroalimentar, alicerçada em unidades familiares de produção. A base do crescimento econômico regional, assim como o de Chapecó, tem sido a produção agrícola familiar diversificada voltada ao mercado diretamente relacionada ao tipo de recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria. (CANCELIER, 2013. p. 123)

O processo de mudança social a partir do crescimento de agroindústria familiar, visa o panorama de microeconomia, no qual estabelece a participação no desenvolvimento da região. A agricultura familiar em Chapecó destaca-se pela participação no mercado, com incentivo a certificação e regulamentação dos produtos coloniais. Para Cancelier (2013) a agricultura familiar teve grande importância para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e Chapecó, fortalecendo a economia regional e o abastecimento do mercado de alimentos.

O processo histórico de desenvolvimento social e mudanças no meio rural em Santa Catarina, descreve a participação de vários agentes sociais, em um primeiro momento o caboclo e seu origem humilde, organizado as atividades rurais para subsistência e pouca participação no comércio. O ambiente do Oeste de Santa Catarina se modificou drasticamente com o processo de colonização abrangendo a grande retirada de madeira e desmatamento para o plantio.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais se destacaram pelas reivindicações dos operários de fábrica, organizados por trabalhadores e sindicatos, contendo reivindicações trabalhistas em todos o mundo, alcançando uma nova visão aos estudos voltados nas concepções de lutas de classes, no entanto, definindo novos caminhos históricos sobre os movimentos sociais, Melucci (1989) cita que os movimentos sociais são ações coletivas, análise social na luta por direitos na categoria de trabalho. Algumas questões são levantadas a partir dos novos conceitos dos movimentos sociais, apresenta que toda ação coletiva em prol das relações e problemas sociais, podem se caracterizar um debate empírico. Gohn (1997) analisa que desde 1980 cresceram as pesquisas teóricas na área dos menos favorecidos, o qual se dedicou os estudos dos movimentos sociais, rompendo fronteiras nacionais com a disseminação de ideais a partir da globalização. Desta forma, vários estudos passaram a ser analisados em diversos lugares do mundo, pesquisadores aplicaram teorias nas suas próprias realidades, definindo assim suas concepções de movimentos sociais.

Os movimentos sociais são conceitos que analisam ações coletivas ou em prol da coletividade, visando assim, estudar as classes sociais envolvidas e participativa da articulação social. A classe social é definida por um grupo de pessoas que se identificam ou são similares, movimentos sociais são ações em defesa ou organização por indivíduos a favor dos objetivos ou interesses (GOHN, 1997). A definição apresentada analisa o conceito básico de movimentos sociais, sobretudo ajuda entender as ações da coletividade para o embasamento das articulações, que envolvem a APACO, como agente participativa em articulação de projetos sociais.

Segundo Laclau (1986) a definição dos novos movimentos sociais, abrange questões problemáticas na história, aumentando as possibilidades de ações coletivas, rompendo com a unidade dos três aspectos dos estudos dos movimentos sociais, organização dos trabalhadores, partidos políticos e sindicatos, analisa que os movimentos sociais em relação a política está presente em todas as práticas sociais e não determina ao espaço específico da sociedade. Os conceitos dos novos movimentos sociais tiveram como questões os estudos historicamente produzidos pelos sociólogos, no processo da industrialização compreendia que de um lado o trabalhador e do outro o burguês explorador, assim definindo os agentes sociais, ligados a classe menos favorecida, baixos salários, condições precárias de trabalho, jornada exaustiva.

Uma vez que a identidade e reflexão são flutuantes e diversas, um movimento social não consegue atingir uma unidade de interesse por completo, já que as pautas e reivindicações são muitas, mesmo assim os movimentos sociais visam as vontades e mudanças coletivas, logo as reivindicações são historicamente produzidas pelas coletividades dos envolvidos. Com o

avanço do capitalismo e do programa neoliberal, as reivindicações tiveram pautas da coletividade assalariada, principalmente de operários de grandes fábricas.

Segundo Borón (1998) o neoliberalismo produziu um retrocesso social muito pronunciado, com o agravamento das desigualdades em todos os lugares em que ele foi implementado, o processo neoliberal aplicado a partir da década de 1970, teve como objetivo o mercado livre e a diminuição de gastos sociais pelo governo, assim desvalorizando a conjuntura das esferas sociais, promovendo uma sociedade cada vez mais heterogêneo no polo social. Nessas circunstâncias os movimentos também tomaram nos conceitos, novos atores políticos, novos aspectos sociais, temas, visando os movimentos sociais antiglobalização, Krohling e Lacerda (2014) destacam que:

A globalização é dual, pois produz efeitos positivos, mas também negativos, como a exclusão, a desigualdade, choques culturais e a dependência dos países do sul aos países do norte. Além disso, as reivindicações são também de ordem política, em defesa à democracia e aos direitos humanos que estariam sendo prejudicadas pela crise econômica e social da época. (KROHLING; LACERDA, 2014, p. 5)

As mudanças no cenário econômico, social e cultural, visam novas reivindicações dos movimentos sociais, diretos feministas, antirracismo, meio ambiente, entre outros. Percebe-se que os movimentos sociais vão se adequando conforme a necessidade de reivindicações na base social, modificando as esferas e necessidades perante o abuso, acompanhando o tempo e espaço inseridos. A APACO teve como objetivo a mudança no cenário social às interpretações dos autores citados analisam a mudanças nas as esferas sociais e adequação conforma o cenário político inseridos. Borón (1998), destaca o avanço do neoliberalismo no Brasil, mudando a situação política e econômica, visa o mercado e o livre comercial, principalmente grande privatizados e investimento mínimo ao menos favorecidos.

A partir do grande avanço do neoliberalismo no Brasil e sua participação no processo econômico, abrangem a análise sobre os aspectos de novas políticas sociais, modificando as reivindicações e saindo do processo tradicional. Historicamente a compreensão dos movimentos sociais, visam ações coletivas, sobretudo tais modificações vão se alterando conforme as reivindicações. As teorias das ações coletivas definem aspectos importantes dos movimentos sociais, se adaptando conforme a necessidade.

2.3 MOVIMENTOS SOCIAIS E TEORIAS

Um dos conceitos mais difíceis de trabalhar no campo da história, são os movimentos sociais, tratando como indefiníveis, segundo Tarrow (1983), abordando vários aspectos sociais e diferentes sujeitos envolvidos nas ações coletivas, são representados com um fato ou evento, existindo diversas abordagens e elementos de cada sujeito. Uma das definições que Tarrow (1983) estabelece para compreender os movimentos sociais, é estudar a opinião em massa, através das pautas das organizações que regem ou organizam os movimentos ou ações coletivas dos indivíduos envolvidos, sendo uma compreensão das pautas estabelecidas para entender as raízes dos movimentos sociais.

Melucci (1989, p. 8) destaca que:

A abordagem atual dos movimentos sociais está baseada na superstição de que os fenômenos empíricos de ações coletivas são um objeto de análise que é unificado e significativo em si próprio e que pode dar, quase diretamente, explicações satisfatórias sobre as origens e a orientação de um movimento. Um movimento é visto (como diria um francês) como um personagem que atua na cena histórica com uma unidade de consciência e ação que está longe de se afastar da fragmentação atual e da pluralidade de um movimento social empírico.

Para os movimentos sociais é preciso entender dois aspectos, o primeiro deles a coletividade, ações, projetos que estão em pauta nos argumentos das reivindicações o segundo aspecto é o individual que traz uma fragmentação segundo Melucci (1989) destacando que os movimentos sociais são compostos de vários elementos, especialmente tentam manter seus recursos de homogeneidade analisando como espírito das ações coletivas devem ser levadas em conta, considerando as questões internas e externas, encaminhando conceitos de liderança, organizações das estruturas. Ações coletivas que reúnem várias unidades e elementos que possibilitam configurar uma unidade e ações coletivas baseado na solidariedade.

Nas reivindicações sociais contemporâneas, estão saindo do âmbito econômico-industrial, para lugares culturais, rurais, etc. Afetando setores individuais, modificando estruturas sociais na construção de novos conceitos sociais, aperfeiçoando novos grupos sociais em redes de comunicação rápidas. Entendendo que as teorias significativa ou clássica dos movimentos sociais estão sempre em mudanças historicamente, o autor deste observa a presença dessas mudanças nesse trabalho, visa os movimentos sociais a favor da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina, dialogando com pautas individuais e coletiva como destaca (MELUCCI, 1989).

A participação dos movimentos sociais nas atividades agrícolas se destaca a partir do crescimento em investimento da indústria agroquímica, e a exclusão dos pequenos produtores no processo de crescimento tecnológico do Brasil na metade do século XX. A modernização da

agricultura favoreceu somente os grandes produtores, excluindo os pequenos produtores do processo de modernização, sendo assim trabalhando para subsistência.

2.4 REVOLUÇÃO VERDE

A Revolução Verde criada na década de 1940, com projetos de modernização na agricultura, influenciando drasticamente grandes potências econômicas e tecnológicas da época, tendo em vista o investimento pesquisa agrícola, incentivando o uso de agrotóxicos e também no crédito rural. Com o crescimento dos países menos desenvolvidos na metade do século XX, destacou-se por investir na expansão do agronegócio.

Na segunda metade do século XX, vários países latino-americanos engajaram-se na intitulada Revolução Verde, um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização. (ALTIERI, 2004, p. 7)

A vasta extensão rural no Brasil e na América Latina, terras propícias para produção em grande escala de alimentos, acrescentou o grande crescimento agrário com base no financiamento de insumos e agrotóxicos para o crescimento da produção. Altieri, (2004) ressalta que o refinamento do capitalismo em virtude do sistema econômico, foram aplicadas diversas técnicas agrícolas de grande produção de alimentos voltadas para o progresso e crescimento.

A crise do processo progressista e o crescimento econômico é notável em quatro pontos, sendo o primeiro, a partir de 1950 com crise dos países capitalistas e sistema econômico, crescimento do processo de industrialização trazendo ideias que o crescimento material se igualava ao bem-estar social. O segundo ponto, destaca-se pela grande crise social e o crescimento da concentração de renda, terras e bens de consumo. No terceiro ponto a crise ambiental, fatores como crescimento das grandes fazendas, desamamento, grande utilização de agrotóxicos e industrialização acelerada. Quarto ponto a crise econômica, diminuição da média de renda, a modernização deixando de ser atrativa para o proletariado, esses são alguns dos fatores que Altieri (2004) acentua sobre a crise do crescimento agrário.

Tendo em vista que o impacto do crescimento das indústrias química no período da década de 1950, elaboraram um grande avanço na produção de alimentos. A discussão sobre a Revolução Verde estava sendo discutida na década de 1960, sobretudo filtrado pela ditadura

militar (LAZZARI; SOUZA, 2017). Já para Zamberlan e Froncheti (2001) a ditadura militar absolveu alguns pontos da Revolução Verde e adaptou aos seus moldes: A divulgação de propostas de investimentos agrário, visando a reorganização o espaço, investimento em professores, técnicos para pesquisas no exterior, criação de centro e órgãos de pesquisa assim surgem os órgãos, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), estímulo do crescimento de cooperativas e comercialização, reformulou o papel do banco do Brasil, como financiadora de crédito rural.

A Revolução Verde no Brasil enfatizou a modernização do campo e o discurso da erradicação da fome, abrange os grandes produtores de insumos, transgênicos o plantio e a colheita mecânica. Incentivando pesquisas em insumos, plantios, irrigação, máquinas agrícolas, que articulam com o menor impacto ambiental possível. O crescimento agrário destaca-se como um fator de fuga para os países subdesenvolvidos, visa crescimento econômico, contudo, tende a concentração de bens e riqueza, elaborando assim uma crise de subsistência agrária no qual o pequeno agricultor se volta para outro viés.

No Brasil, a partir de meados da década de 1980, com a inviabilização dos subsídios ao crédito, tornam-se gradativamente mais visíveis as consequências menos gloriosas do padrão de agricultura introduzido com a Revolução Verde. A contestação à agricultura e às formas de organização produtivas oriundas desse ideário traz em seu rastro uma série de manifestações sociais que passam a adquirir crescente importância e legitimidade nos anos mais recentes. (ALTIERI, 2004, p. 9)

A crise da Revolução Verde destacou-se pela reorganização dos padrões de cultivos, abrangendo questões que envolvem diversos elementos sociais, sendo eles do campo e na cidade. No campo em investimento em técnicas de plantio voltadas a alimentação saudável e nas cidades a comercialização através de feiras. Sobretudo os impactos ambientais deixados pela Revolução Verde, estabeleceram o diálogo sobre a modernização agrária consciente. O impacto ambiental produzido por essa modernização agrária, enfatizou a extinção de espécies, desmatamento acelerado, barreiras naturais extintas, visando que sem as barreiras naturais a expansão das pragas se torna alta, como o avanço das pragas nos alimentos e lavouras se torna visível o uso de agrotóxicos em acesso. Segundo essas ações a Revolução Verde apresentou grande participação na América Latina, que nem todas as suas pautas e ideias implantados, foram adaptadas aos moldes do crescimento da globalização e do capitalismo (ALTIERI, 2004).

Alguns pontos que devem ser levados em conta sobre os fatores do aumento da produtividade com o uso excessivo dos agrotóxicos, impactos ambientais enormes,

biodiversidade mínima, concentração de terra e poder econômico, problemas na saúde, deixados pelo viés da Revolução Verde. Os insumos não contaminam somente os alimentos, mas também a água, solo, fauna e flora, as áreas de monocultura aonde o veneno é usado o ambiente automaticamente absorve e abrange a contaminação para diversos locais das regiões através dos rios ou lagos, chegando a contaminar os lençóis freáticos.

O processo de infiltração das águas das chuvas carrega parte destes elementos tóxicos, outra parte vai ser despejada diretamente nos rios, de onde são retiradas as águas para consumo do rebanho, da família, da cidade etc. E, por fim, o restante destes elementos tóxicos fica armazenado nos próprios alimentos — o morango é um exemplo clássico de alta concentração de agrotóxicos. (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 9)

Os moldes da Revolução Verdes destacam-se pelos impactos ambientais que ocorreram a drenagem das águas contaminadas, acúmulo de fertilizantes químicos nos rios, os mesmos venenos que combatem as pragas na lavoura diminuem a proliferação de alguns micro-organismos nos rios, segundo (ANDRADES; GANIMI, 2007). O solo é o mais afetado pelo uso de agrotóxicos e o pela limpeza para o cultivo, o processo de “limpeza” tem a função extrair toda a fauna e flora da região que será usada para o plantio ou pastagem para animais o solo será exposto a chuvas e um grande escoamento das águas para dos rios mais próximos, pelo fato de ter pouca absorção natural.

No Brasil, esse processo é agravado visto que a preparação do solo, ou seja, a retirada da vegetação, aração feita por tratores, adubação química e o plantio acontecem no fim do inverno (na estação da seca), deixando o solo exposto na estação das chuvas de verão. (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 11)

A Revolução Verde causou grandes consequências ao meio ambiente na exploração do solo na forma de rendimento ao curto prazo ao longo prazo deixando sequelas que pode ser vista não somente no meio ambiente, mas também na sociedade, através de doenças, câncer, entre outras. O uso de alimentos com alto teor de agrotóxicos, ao longo da vida prejudica o consumidor e o produtor, manuseio de insumos tóxicos trazem morte por envenenamento, doenças respiratórias, distúrbios mentais. (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Revolução Verde trouxe inestimáveis impactos ambientais como a contaminação de alimentos, poluição de águas, desertificação do solo, desmatamento, surgimento de pragas cada vez mais resistentes a insumos químicos e a redução ou total desaparecimento das variedades de cultivo (LAZZARI; SOUZA, 2017, p. 7)

A monocultura traz preocupações para quem consome e produz, pela utilização de produtos químicos em grande quantidade e quem consome. A qualidade de vida de ambos os

lados está sendo afetados, pelos fragmentos da Revolução Verde. Sobre o ponto social o incentivo na produção de alimentos, crédito, insumos, tecnologia, foi desigual em relação ao pequeno agricultor, privilegiando alguns poucos produtores, principalmente os grandes latifúndios.

A Revolução Verde teve o objetivo da exploração da terra para o cultivo em massa, crédito rural e o financiamento de tecnologia, proporcionavam a exploração de terra virgens no espaço brasileiro, trazendo benefícios para os grandes latifundiários a fim de aumentar a exploração de terra e renda. Para o pequeno agricultor sobrou pouco investimento em infraestrutura e tecnologia, sobretudo a venda de semente geneticamente modificadas e insumos, foi o ponto auge que a Revolução Verde incluindo os pequenos produtores.

3 HISTÓRIA AMBIENTAL E AGRICULTURA AGROECOLÓGICA

A História Ambiental nos últimos anos foi enfoque de diversos historiadores, nos quais o diálogo em outros campos de estudos e pesquisas sobre o meio ambiente, esfera de pesquisa que merece considerações, aproximando a história e o presente. Historiadores buscam compreender as alterações no meio social, cultural e ambiental do objeto estudado, essas pesquisas mostram a preocupação dos impactos ambientais que estão ocorrendo no presente.

O fato de historiadores terem dirigido suas atenções de forma tão sistemática em direção à natureza, a ponto de criarem um novo “ramo” de estudos, demonstra muito bem como a produção de conhecimento histórico se fez em sintonia com seu próprio tempo. Como vimos, as últimas décadas se caracterizam por intensos debates ambientais em setores muito diversos da sociedade. (DUARTE, 2005, p. 31)

O diálogo com outras áreas dos conhecimentos traz a diversidade na escrita e agrega valor cultural, isso aconteceu com todas as áreas dos conhecimentos e com a história não foi diferente, o debate com setores ambientais abrange a interdisciplinaridade no contexto histórico. Marc Bloch sempre questionou que a história deve ir além de fatos, documentos, visando o questionamento do tempo presente e também do futuro. Para Duarte (2005) não se deixa de lado as questões ambientais é necessário a valorização da história ambiental.

A história no último século, estudava grandes influências políticas, juntos de ações qualificadas como importantes historicamente no passado, para Worster (1991), estudiosos começaram a verificar as classes de baixo para cima, as camadas mais ocultas da história, tais como: raça, gênero, castas. Especialmente indo um pouco mais a fundo, historiadores que se dedicaram ao estudo da terra se cultivando a História Ambiental, combinando forças com

diversos campos do conhecimento com a Geografia, Agronomia, Ciências Sociais, entender a História como um campo de modificações e interdisciplinaridade.

Para Drummond (1991) a História Ambiental tem o fator significativo o tempo, o tempo destacando-se para um fator em movimento e a sociedade consciente em uma construção cultural. O tempo da história ambiental aponta acerca das crises ambientais, no final do século XX, destacando que não era mais possível viver em sociedade sem pensar no meio ambiente ou no mundo natural. Drummond (1991) destaca que os primeiros cientistas naturais eram os ambientalistas participavam de movimentos ecológicos, estudiosos que pensavam no meio ambiente e impactos ambientais, nas grandes cidades e posteriormente no campo através do uso de agrotóxicos em excesso, destacando a História Ambiental como um campo de pesquisa relevante para o tempo presente. Segundo Worster (1991) a organização estrutural dos estudos esta encubada no Brasil e nos Estados Unidos da América (EUA), o autor destaca que:

Essa forma de organizar o passado tem a virtude inegável de preservar um simulacro de ordem diante de um caos ameaçador - é uma maneira de sintetizar todas as camadas e forças. Mas ao mesmo tempo ela pode criar obstáculos para novas pesquisas que não se encaixam dentro de fronteiras nacionais, como é o caso da história ambiental. (WORSTER, 1991, p. 199)

Essas indagações do campo de pesquisa, salientam que para a História Ambiental as fronteiras nacionais não se aplicam o deslocamento pode ser aplicado conforme o impacto ou transição do campo de estudo. Worster (1991) reforça que acima de tudo a história ambiental rejeita algumas premissas convencionais, nas quais o ser humano é visto como uma espécie “supernatural” e suas consequências no meio ambiente devem ficar no passado e ignoradas, principalmente os impactos ambientais deixados pela Revolução Industrial.

A modificação do meio ambiente a partir da Revolução Industrial em 1820, foi gradativamente se tornando cada vez mais presente nas transformações do meio ambiente, não somente nas cidades, mas também no campo a partir da retirada de minérios, grandes plantações e o uso de agrotóxico que agride o meio onde é aplicado e diversos outros fatores, não se pode negar a participação do homem e o avanço tecnológico nas modificações do meio ambiente. Estudar a história ambiental, abrangem as mudanças que acontecem no meio ambiente a partir da influência do homem.

A ideia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial. (WORSTER, 1991, p. 200)

A História não foi o único campo dos estudos a se preocupar com os impactos sofridos no meio ambiente a partir da década de 1970, o estudo ambiental resultou trabalhos nas áreas do direito, filosofia, economia, sociologia entre outros. Com o amadurecimento das ideias, pode se dizer que a história ambiental se destacou sobre o olhar de diferentes áreas e estudos. Por sua vez, a história ambiental aprofunda dos estudos entre seres humanos e o mundo natural, como foram afetados e afetaram o meio ambiente (WORSTER, 1991).

A história ambiental é, portanto, um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na sua disposição explícita de "colocar a sociedade na natureza" e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza. (WORSTER, 1991, p. 185).

Os estudos da história ambiental englobam diversas pesquisas contemporâneas, sobre os fatos de mudanças ambientais, clima, ecossistema, afetados pelo homem. Na parte social, estudos que envolvem lutas por direito a terra, por melhores condições na agricultura, movimentos agroecológicos, entre outros. Fatores que possibilitam um estudo o papel e do lugar da natureza na vida do homem (WORSTER, 1991). A participação ou ação do homem na modificação da natureza, pode se tornar visível a partir das cidades "Ambientes Social", o cenário que Worster (1991) destaca como ausência da natureza, na construção de edifícios, ruas, fabrica, conjuntos de objetos que facilitam a vida humana. Os espaços foram se modificam e sendo criados a partir da facilidade da exploração de uma determina região entende-se que nem sempre esses lugares foram assim, segundo Drummond (1991). Os naturalistas marcaram como primeira geração de historiadores ambientais, já nesse contexto o autor destaca que Marx estudava o contexto histórico da retórica pelo fascínio da mudança da natureza a vontade do homem.

Marx mostra como o homem ocidental ama as paisagens que ele mesmo controla ou constrói, forma nada sutil de gostar de si mesmo. Quanto à natureza "selvagem", intocada "incontrolável", ele tem pavor ou um apetite insaciável de controlar, domesticar, civilizar. (DRUMMOND, 1991, p. 190)

Worster (1991) destaca que antropologia é estudo da sociedade humana e a teologia o estudo das divindades, se tornaram fundamentais para entender o comportamento humano e suas modificações ao longo do tempo, desde a parte material à espiritual, pois ambas destacam a salientam o processo historiográfico do homem.

O estudo do homem, sociedade e meio ambiente se deu perante o avanço da tecnologia e seus fundamentos, que representam um grande avanço nas modificações no meio ambiente,

principalmente na participação do homem sobre ele. A adaptação de equipamentos no cultivo de alimentos, crescimento tecnológico na agricultura substituiu o plantio manual e implementou máquinas e substâncias que aumentaram a produtividade.

Para Worster (1991) as modificações na fauna e na flora em grande parte se deu pelo avanço dos equipamentos agrícolas, aumentando do desmatamento para produção de alimentos e a criação de gado. A dominação e controle do meio onde vive, sempre foi um anseio do homem, a questão do historiador ambiental é estudar esse anseio e analisar as mudanças que aconteceram e seus impactos no meio ambiente.

As interpretações de Worster (1991) e Drummond (1991) se destaca pela interpretação de fatos que possibilitam entender a participação do homem sobre o meio ambiente, tais como suas modificações, ajudaram a entender o processo histórico da APACO e a sua preocupação sobre as mudanças que estão acontecendo sobre o meio ambiente e o grande crescimento de liberações de agrotóxicos na produção de alimentos. Tamanhas as preocupações são possíveis de perceber pela falta de incentivo governamental e a busca de alternativas para financiamento para produção orgânica.

3.1 AGRICULTURA E AGROECOLOGIA

Os conceitos de agricultura e agroecologia podem ser caracterizados sobre diversos vieses práticos e teóricos, de um lado tende-se a agricultura que representa a produção de alimentos no cultivo do solo, criação de animais, etc. E a agroecologia que representa a agricultura ecológica, visando o manuseio de tais técnicas agrícolas, para fim de diminuir o impacto ambiental. Nesses aspectos a agroecologia salienta o uso tradicional do manejo da terra, originalmente utilizados pelas indígenas, com o crescimento das tecnologias esses dois conhecimentos foram crescendo e se incorporando a diversas temáticas modernas de plantio consciente e ecológico.

A Agroecologia somente pode ser entendida na sua plenitude quando relacionada diretamente ao conceito de sustentabilidade e justiça social. Nesse sentido, a Agroecologia se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (movimento organizado para a mudança) e ética (mudança direcionada a valores morais transcendentais). (EMBRAPA, 2006, p. 3)

O mercado comercial, que visa o capitalismo puro, almeja o lucro acima das consequências, uso de agrotóxico, desmatamento acelerado, entre outros fatores que abrangem o crescimento da produção agrícola, já a agricultura ecológica, ou agroecologia, apresenta historicamente uma alternativa, definindo mudanças não somente na produção, mas no consumo, também se baseando na melhoria da qualidade de vida, e nos menores impactos ambientais. Os aspectos que reúnem os conhecimentos e técnicas sobre agroecologia vão além da aplicação de técnicas agrônomas, a agroecologia dialoga com diversas ciências para o estudo do capital humano e social, o conhecimento popular, indígena, se agregam com métodos científico, promovendo uma evolução de conhecimentos agrários, voltados para sustentabilidade, não somente da terra, mas também da família. A agroecologia tem como fundamento a valorização das tradições populares, salientando as técnicas nos modelos atuais de produção.

Para Nodari e Guerra (2015), o sistema agroecológico é muito mais do que a produção da monocultura, deve levar em conta diversos saberes interdisciplinares a paisagens, espécies nativas, sociais, culturais, político e ético, saberes naturais e conhecimento científico já produzido, todos esses aspectos favorecem uma ligação entre o homem e a natureza, associados a uma diversidade de práticas já conhecidas e necessidade de gerar novos saberes. As práticas e inovações são condições essenciais para o entendimento da biodiversidade, de cada local estudado, desta forma reorganizando a sustentabilidade e o manejo de recursos naturais. A partir dos anos 1980 a visão da agricultura, campo, biodiversidade, espaço rural, paisagem, foi apontada em diversos lugares do mundo, e nisso a Europa destacou-se por considerar um espaço multifuncional, dirigindo o lazer, conservação da natureza e o consumo dos recursos naturais, não com como espaço de produção massiva, sobretudo não deixando de lado a produção, tendo em vista a qualidade de vida em sociedade (SANTOS, 2010, p. 97).

No Brasil na década de 1980, houve o avanço dos estudos sobre os métodos tradicionais de plantio sobre agroecologia, perante o grande uso de agrotóxicos na agricultura (EMBRAPA, 2006). Enfatizando a abordagem científica na agroecologia, na análise de aspectos do plantio até sociocultural, visando à sustentabilidade dos pequenos agricultores.

Agroecologia tem demonstrado que os métodos das ciências naturais podem subsidiar a tomada de decisão para o desenho de estilos de Agricultura de Base Ecológica, enquanto os métodos das ciências sociais podem ser usados para integrar à dimensão humana e melhorar nossa compreensão da totalidade do sistema (EMBRAPA, 2006, p. 8).

A agroecologia se baseia em princípios sociais, compreendendo as relações humanas em interesses conjuntos, o conjunto da análise desse trabalho estabelece um diálogo entre a agricultura e agroecologia, pois mesmo sendo o foco do trabalho da APACO, muitos dos associados não aderiram ao plantio agroecológico. Um dos aspectos que são levados em conta na elaboração dos projetos da APACO é o incentivo a agroecologia e a produção de alimentos saudáveis, Santos (2010) destaca que a produção agroecologia tem como objetivo a qualidade de vida para quem produz e para quem consome.

3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As discussões sobre alimentação e vida saudável foram se tornando cada vez mais presentes, em diversos lugares como, escolas, Universidades, empresas, e grupos da sociedade, internet, televisão, jornais etc. Destacando a importância da alimentação saudável e a preservação do meio ambiente, se torna algo essencial para qualidade de vida sustentável das comunidades, unindo a sociedade e campo em um único propósito. “[...] a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ também se tornou comum na fala das mais variadas pessoas. Enfim, parece que o nosso mundo se tornou obcecado pela natureza e sua preservação.” (DUARTE, 2005, p. 11).

A ideia de sustentabilidade está ligada ao combate grande avanço da tecnologia agroquímica o uso de agrotóxicos, aumentando movimentos sociais voltados a preservação da natureza e alimentação saudável. Representando o seu tempo de estudo, abordando a sociedade ao longo da história, tendo em vista o crescimento das tecnologias e a difusão de ideias em grande escala, analisar examinar o estilo da vida e suas variedades.

A Busca do crescimento de forma sustentável tornou-se, assim, algo essencial em nosso tempo e não é um desafio fácil de ser resolvido. O estilo de vida voltado para o consumo enche nosso planeta de embalagens e objetos que, tão logo são comprados, tornam-se obsoletos. (DUARTE, 2005, p.13)

Diante desses aspectos, o mundo atual se envolve em diversas questões, principalmente o destino do planeta terra, preservação do meio ambiente, alimentação saudável, reciclagem, relações entre sociedade e natureza. Duarte (2013) salienta mudanças de mentalidade sobre a preservação da natureza e a alimentação saudável. A sustentabilidade abrange característica complexa, todavia de importante necessidade.

Com o crescimento da industrialização no mundo no século XX, o modo sustentável foi deixado para vez mais de lado, pois para esse momento histórico o capitalismo era a única solução. Trazendo o conceito do capitalismo no qual o indivíduo deve ser esforça para sair da pobreza e ficar rico com seu esforço, países menos desenvolvidos, que vivem na miséria mal alimentados e políticas primitivas, aderiram ao capitalismo desenfreado e deixaram práticas sustentáveis em segundo plano. O sistema sustentável no campo estabelece uma estrutura ampla de aproveitamento de benefícios da terra, práticas que levam a refletir a reeducação na agricultura.

Todo a discussão em torno dessas novas formas de praticar e viver a agricultura insere-se nestes últimos anos no debate da sustentabilidade do desenvolvimento, indicando, genericamente, um objetivo social e produtivo, qual seja, a adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de forma predatória os “recursos naturais” e tampouco modifique tão agressivamente a natureza, buscando compatibilizar, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais. (ALTIERI, 2004, p. 9)

O desenvolvimento no processo de educação sustentável na agricultura visa a mudança do pensamento dos atores sociais que buscam melhoria na qualidade da vida, adotando princípios tecnológicos baseados em atividades agroecológicas e o uso consciente da terra, potencializando os recursos naturais. O processo de desenvolvimento sustentável pode ser consolidado através de políticas públicas de incentivo à produção e consumo de produtos oriundos do modelo de sustentabilidade.

O avanço rural, principalmente da agricultura familiar foi destinado ao projeto de sustentabilidade, pela possibilidade de se adequar ao meio de produção agroecológico, que se encontra consolidado na agricultura sustentável. A questão da agricultura familiar ser significativamente importante para essa construção sustentável, entende-se o conceito inclusivo na economia, através de produtos orgânicos.

Construir novas bases de produção sustentáveis, dentro da agricultura, significa repensar o modelo de agricultura convencional, industrial, produtivista baseada no uso de agrotóxicos, transgênicos e monocultura. A agroecologia parte de outro referencial e distingue-se largamente do modelo convencional, pois além de usar práticas que não são danosas ao homem e à natureza privilegia a sabedoria e o conhecimento dos atores envolvidos: homens e mulheres da terra. (BALESTRIN, 2015, p. 3)

As práticas agroecológicas e sustentáveis caracterizam na agricultura familiar um âmbito fácil de implantação, pois os pequenos produtores rurais é o proprietário da produção, estabelecendo escolhas do que produzir e como produzir. A escolha da produção sustentável

está muitas vezes ligada as escolhas partículas e incentivo das ONGs, através de projetos e subsídios.

Segundo Assis (2015) a escolha da atividade orgânica pode ser caracterizada pela alta procura de produtos orgânicos, o autor destaca a fragilidade, pois pela busca de resultados imediatos pode pôr em risco a sustentabilidade agrícola. O padrão e a qualidade dos produtos podem estar em risco caso a atividade seja privada pelo mercado e não a escolha dos produtores.

Os projetos da APACO têm como objetivo a produção sustentável da produção familiar por escolha, na qual os projetos investem em capital humano, treinamento, capacitação e investimento em conhecimento para as famílias. O desenvolvimento sustentável está ligado a vários aspectos da sociedade, principalmente o grande avanço da tecnologia química na agricultura, que por sua vez agride o solo e o meio ambiente, em prol dos lucros e produção em massa de alimentos.

Os impactos ambientais produzidos pelos processos químicos na agricultura podem ser considerados agravantes pela grande utilização, já a troca por biofertilizante orienta o interesse a preservação ambiental e sustentável. O projeto “*Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA*”⁴, tem como objetivo ecológica e a forma de promover impactos positivos, observando a legislação ambiental, resgatando a biodiversidade progressiva no modo de vida dos produtores. Observa-se no Quadro 1, o orçamento... descrever aqui o diz a tabela.

Quadro 1 - Cronograma e orçamento do projeto⁵

Etapa/mês que ocorrerá	Atividade a ser realizada	Período de realização	Valor (em R\$)	
			ECOMUDANÇA	APACO
Etapa 1: ESCLARECIMENTOS E DECISÕES	1.1 Realizar curso de capacitação mais geral em agroecologia, manejo ecológico dos solos, biofertilizantes e certificação participativa agroecológica.	Mês 1	R\$ 8400,00	R\$ 4000,00
	1.2 Fazer cadastros, diagnóstico rápido e participativo, caderno de propriedade e acordar sobre a melhor opção para o caso	Mês 1		
Etapa 2: ENCAMINHAMENTOS	2.1 Realização de indicação técnica para cada caso montando um agrupamento por grupo de casos: ex. pó de rocha + palhada + cinzas + esterco, etc...	Mês 2	R\$ 25200,00	
	2.2 Realizar aquisição. Realizada pela APACO com apoio logístico da Cooperativa Sabor Colonial	Mês 2		

⁴ APACO. *Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA*. Chapecó, 2018.

⁵ APACO. *Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA*. Chapecó, 2018.

Etapa/mês que ocorrerá	Atividade a ser realizada	Período de realização	Valor (em R\$)	
			ECOMUDANÇA	APACO
Etapa 3: EXECUÇÃO	3.1 Preparar material explicativo. Abordar a Agroecologia e a importância da produção de biofertilizantes, suas vantagens sociais, econômicas, ambientais e agronômicas.	Mês 3	R\$ 6400,00	R\$ 1000,00
	3.2 Montar a unidade de produção de biofertilizantes em cada uma das 5 oficinas, em uma propriedade/família. Ex. unidade de biofertilizantes por compostagem líquida continuada.	Mês 3		
Etapa 4: VISITAS	Realizar duas visitas cada família para assessoramento técnico nas atividades de produção e uso de biofertilizantes visando a consolidação das atividades a serem certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia.	Meses 4 a 11	R\$ 18000,00	R\$ 5000,00
Etapa 5: AVALIAÇÃO	5.1 Reunião de avaliação final com as famílias envolvidas. Serão discutidos: situação de cada um, ganhos observados, próximos passos, como buscar garantir a continuidade/sustentabilidade.	Mês 12		
	5.2 Elaboração de relatório final. Pela proponente.	Mês 12	R\$ 2000,00	R\$ 2000,00
TOTAIS			R\$ 60000,00	R\$ 12000,00

Fonte: APACO (2017, p. 2)

O cronograma do projeto que viabiliza a utilização de biofertilizantes para produção agroecológica, estabelece atividades que envolvem a capacitação dos produtores, o projeto organiza os pequenos produtores a serem independentes em suas atividades agroecológicas e sustentáveis, diminuindo impactos ambientais na produção em 40 hectares em sistema agroecológicos (APACO, 2017).

Assim, de acordo com o conceito de desenvolvimento sustentável, para que o mesmo seja implementado é necessário visar à harmonia e à racionalidade, não somente entre o homem e a natureza, mas principalmente entre os seres humanos. As pessoas devem ser o sujeito no processo de desenvolvimento, o qual deve ser visto não como fim em si mesmo, mas como meio de se obter, respeitando-se as características étnico-culturais, melhoria de qualidade de vida para diferentes populações, especialmente as mais pobres. (ASSIS, 2015, p. 7)

O programa de biofertilizante desenvolve condutas favoráveis para o crescimento das ideias de sustentabilidade, para Altieri (2004) os pequenos produtores são a chave para a segurança alimentar orgânica, conservando recursos naturais favoráveis a esse processo, mas necessitam de ONGs que oferecem aparatos técnicos e investimento na produção sustentável.

As ONGs oferecem práticas agrícolas sustentáveis atuais, viabilizando a produção orgânica, atuando em um curto prazo e com objetivos de incentivo à produção.

4 INCLUSÃO SOCIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Os processos históricos da agricultura familiar estão ligados a diversos motivos, econômicos, direto a terra, permanência do homem no campo, lutas sociais, valorização entre outros. Salientando que a agricultura familiar historicamente estava ligada as grandes fazendas, passando a incrementar a atividade de subsistência e abastecimento de grandes fazendas (NETTO, 2008). As modificações nos cenários sociais e regionais destacam a agricultura familiar e o termo é adaptado conforme o fator histórico representativo de cada situação e região que se encontra esses agentes sociais. No Oeste de Santa Catarina no início do século XX a agricultura familiar pode ser representada pelos caboclos que moravam na região, na qual a agricultura familiar e pequenos produtos são representativamente parecidos, visando a subsistência e o comércio local.

A ancoragem no passado, como é próprio das tradições rurais e um mundo novo de transformações do agricultor familiar, não vão produzir de imediato uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, concomitante irá gerar um agricultor portador de uma tradição camponesa, que permita adaptar-se às novas e constantes exigências da sociedade. (NETTO, 2008, p. 5)

A agricultura familiar está presente em todo o mundo em diversos arranjos sociais, nos quais as políticas precisam estar presentes para inclusão e quebra de rupturas. Os valores sociais são traçados pelos valores externos e projetos de inclusão, o perfil dos projetos da APACO, como o primeiro com foco em “permanência do homem no campo”⁶, o segundo projeto de “agroecologia”⁷, o terceiro projeto de “eco mudança”⁸, abrangem significativas as mudanças e ruptura no homem do campo, tendo em vista que os projetos contemplam um determinado número de famílias não correspondendo a um todo dos associados a APACO, somente aqueles que se adequam ao perfil dos projetos.

⁶ APACO. **Projeto 15.025 – Juventude Rural**. Chapecó, 2015

⁷ APACO. **Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense**. Chapecó, 2016

⁸ APACO. **Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA**. Chapecó, 2018

A agricultura familiar ou pequena agricultura é tratada nos projetos como um modelo endógeno na região do Oeste de Santa Catarina baseado em duas premissas: dar máximo uso dos recursos próprios dos agricultores e este complementado pelas ações de organização propiciaram a gerar e apropriar mais valor agregado dos produtos da agricultura familiar (APACO, 2015, p. 3). No qual o projeto “Juventude Rural” busca a capacitação dos jovens, nos desafios da inclusão do homem no campo e a permanência dos jovens.

Os perfis dos 16 jovens participantes do projeto são filhos de agricultores familiares associados da APACO, que tem simpatia com a produção agroecológica, mas que diferencia-se de seus pais pelo fato de possuírem maior grau de escolaridade e buscar capacitação nesta área. Espera-se que tenham um perfil diferenciado dos seus pais. Portanto, sujeitos protagonistas habilitados a lidar com gestão, análises de custos, planejamento, e acessar tecnologia apropriada, além do empreendedorismo. (APACO, 2015, p. 4)

Acrescenta-se que a agricultura familiar protagoniza uma racionalização da produção, possibilitando uma ruptura a exploração familiar de subsistência na capacitação em planejamento de gastos, organização estrutural, empreendedorismo e o uso das tecnologias. A capacitação dos jovens na agricultura destaca-se pela participação dos jovens na econômica das famílias, rompendo o modelo tradicional, no que o homem da família, destinada toda a organização e finanças. As necessidades da agricultura familiar abrangem um amplo contexto de reivindicações internas e externas, embora os projetos da APACO tenham função social focada em terminadas famílias existem, vários diálogos a serem debatidos.

O diálogo sobre agricultura familiar se baseia no direito à terra, fator essencial para produção dos pequenos produtos, buscando compreender esse processo a as ações de movimentos sociais rurais, reivindicando melhorias e condições de plantios e crédito rural. Historicamente a sociedade brasileira é dividida em diversas classes sociais, o espaço rural também se destaca por essas ações, nas quais o pequeno agricultor era responsável por manter abastecidas as pequenas cidades e as grandes fazendas, destacando-se pela agricultura conservador (EMBRAPA, 2006).

A agricultura conservadora foi o enfoque em diversos debates a partir da década de 1980 no Brasil (EMBRAPA, 2006) visando o estado democrático de direito, nessa situação histórica que a APACO deu início a suas atividades, nas quais o diálogo com outras entidades foi de extrema importância para o seu crescimento social e de organização. O desenvolvimento rural é a decorrência e a participação social dos pequenos produtores nas ações determinadas pelo Estado, essa participação de muitas formas são feitas, através de subsídios aos financiamentos, crédito rural, participação no comércio exterior, entre outras.

Em Chapecó os projetos para a agricultura familiar buscam o desenvolvimento local da região. A valorização do produtor familiar pela população local, por entidades públicas municipais, privadas e ONGs facilita a busca por estratégias viáveis para o fortalecimento da agricultura familiar. (CANCELIER, 2005, p. 5)

A partir da década de 1990, ações e incentivos agrícolas na região do Oeste de Santa Catarina, foi destaque para o abastecimento dos municípios através da agricultura familiar na criação de açudagem, produção de hortifrutigranjeiros e a agroecológicos (CANCELIER, 2005). Tendo em vista as decisões, também em ser conjuntas da comunidade, as ONGs, buscam entender o processo que a sociedade se encontra, para melhorar suas decisões com conjuntos específicos de atitudes perante os governantes.

A constituição federal de 1988, obteve um avanço significativo no crescimento da agricultura familiar, produzindo ações no debate entre o público e privado, incorporações a participações da ONGs no crescimento da agricultura familiar. Para Wanderley (2017) a agricultura familiar foi consagrada e baseada no trabalho, família e produção, fundando laços comunitários, relações praticadas nas quais as condições do agricultor são fundamentais na sociedade.

A fragilidade de seu acesso aos recursos produtivos é o principal objeto de suas lutas sociais, seculares e recentes, precisamente, no sentido de poderem consolidar as bases materiais de sua condição de agricultor. As estratégias produtivas recorrentes expressam, elas também, as tentativas de superar os obstáculos que lhes são interpostos. (WANDERLEY, 2017, p. 72)

As lutas sociais são essenciais para manter o acesso os direitos estabelecidos, no entanto políticas públicas é essencial para manter o estabelecimento familiar. Visando essa perspectiva, o projeto da APACO “Juventude Rural”, tem como intuito: Produção, Certificação, Organização e Articulação em Grupo de experiências de Produção Agroecológica de Jovens Rurais do Oeste Catarinense. No qual se encontra como agente social de articulação de atividades agrícolas sustentáveis, tendo impacto na perspectiva de inclusão social dos jovens no projeto de desenvolvimento cooperativista.

[...] resultado da construção de famílias do meio rural que possuem algum tipo de vínculo associativo com Entidade proponente – APACO e a cooperativas de agricultura familiar. Os(as) 16 jovens (anexo 3 – Relação dos jovens participantes do projeto) apresentam forte tendência a permanecer no meio rural com ideias inovadoras e propositivas ligadas ao empreendedorismo e a produção orgânica. Esta hipótese evidencia-se pelo fato dos jovens possuírem tradição na participação de eventos ligados ao assunto, bem como estar buscando aperfeiçoamento nesta área. (APACO, 2015, p. 4)

O projeto da APACO “Juventude Rural” caracterizou-se pela permanência do jovem na agricultura, com ênfase no cooperativismo entre as famílias e associações que buscam por melhores condições no homem no campo. A ligação entre agricultura familiar e agroecologia, destaca-se pelas pequenas produções e muitas áreas de terra para plantio, apresentando ferramentas que possibilitam o crescimento da produção orgânica no Oeste de Santa Catarina. Alier (2007) afirma que os grupos sociais menos favorecidos não tiveram a opção de escolha sobre os meios de produção rural, foram destinados a tais meios com pouco lucro agregado. Apresentando o conflito entre agroecologia e ecologia, se destacam pelos autores globais e locais, sobre grandes lucros, pois muitos dos produtos agroecológicos são consumidos em curto espaço de tempo. Os autores locais se destacam pela produção, comercialização local ou regional, e os globais focam na grande produção, comercialização e exportação, usando métodos de produção em massa de alimentos, sendo eles não orgânicos.

O conflito entre grandes produções e produção familiar, origina a produção histórica do Brasil rural, para Cancelier (2007), a desvalorização da agricultura familiar é um processo antigo que ainda existe, com desinteresse do estado a falta de condições adequadas além de espaços inadequados para grandes produções, a agricultura familiar foi destinada a pequenos lotes de relevo irregular. Mesmo com tantas dificuldades a agricultura familiar em Chapecó ainda persiste e luta por melhores condições a terra. Observa-se que, conforme o período histórico, a agricultura familiar se adequa o sistema econômico vigente, dessa forma, dialoga e se molda conforme os agentes sociais e políticos.

As condições da agricultura familiar e a permanência do homem do campo, está ligada ao crescimento das grandes cidades e as vantagens que tem a oferecer para os jovens, pois muitas vezes os pequenos produtos dispõem de uma agricultura de autoconsumo e pequenos lucros. Os poucos lucros na agricultura de subsistência, pode ser destacado pela falta de investimento de órgãos públicos, muitas vezes desinteressados a oferecer melhores condições para os pequenos produtos, uma classe historicamente fragilizada.

A negação da condição de agricultor e da pertinência de instrumentos de política agrícola para atendê-los reiterou, como uma profecia que se auto cumpre, o estigma da marginalidade. A dificuldade parece estar na natureza da política agrícola que se pretendia estimular que, de forma redundante, apenas visava a incluir os até então excluídos, no mesmo modelo de desenvolvimento dominante, que os havia excluído. (WANDERLEY, 2017, p72)

A classe excluída dos pequenos produtos pelas políticas públicas é historicamente destacada em diversos sistemas políticos no Brasil, mas, a partir de criação de políticas públicas voltada para o homem do campo, o cenário foi mudando positivamente. O projeto da APACO, “Juventude Rural” busca modificar o cenário de precariedade e desinformação, viabilizando treinamentos qualificados e equipamentos para as famílias beneficiadas.

Projetos que proporcionam a mudança social, estão cada vez mais presentes a partir da constituição de 1988, que busca inserir o pequeno produtor no comércio, tentando assim desmistificar a agricultura de subsistência. A produção da agricultura familiar representa às lutas sociais uma garantia do direito a participação do comercia, saindo das feiras coloniais (EMBRAPA. 2006).

Segundo Pertile (2013), a agricultura familiar desenvolve tarefas no Oeste de Santa Catarina na qual existe o cultivo de produtos de subsistência, como arroz, batata, aipim, amendoim, cebola, abóbora e hortaliças. No entanto um produto é destinado a comercialização como fonte de renda. Pontua-se que os projeto da APACO busca compreender e conscientizar os pequenos produtos, de que a produção de alimentos de subsistência também pode virar fonte de renda principal, no projeto “Projeto 15.025 – Juventude Rural”⁹ destaca-se a participação dos jovens na agricultura e criação de rentabilidade das famílias com base na diversificação da produção.

O projeto tem como foco principal cada jovem envolvido no processo, a saber: i) consolidação das experiências de produção agroecológica dos jovens sendo que a maioria está envolvida com a produção de olerícolas orgânicas, processamento e comercialização de hortaliças e frutas mel, nozes e agroflorestas; ii) a certificação destas unidades através a organização nos SPG (Sistemas Participativos de Garantia) – MAPA; iii) organização da produção, do processamento, da comercialização, da certificação e da gestão das atividades por um site, e; iv) articulação destes serviços em grupo – Rede Ecovida, Apaco e cooperativas familiares, consolidados em uma base de serviço neste projeto após a conclusão do projeto. (APACO, 2016, p. 4)

A participação dos jovens na agricultura familiar destaca a importância da diversificação da produção, uma vez que muitos dos agricultores mais velhos têm certos paradigmas de não rentabilidade da produção por trabalharem pequena escala, dando maior valor a produções em grandes escalas como milho, feijão e soja. Segundo Schneider e Cassol (2017), enfatiza que no ponto de vista histórico se caracterizou pela produção de subsistência, mas com esforço de movimentos sociais e participação das políticas públicas, contribuem para requalificar o pequeno produtor no mercado com produtos de qualidade.

⁹ APACO. **Projeto 15.025 – Juventude Rural**. Chapecó, 2015

4.2 MIGRAÇÃO RURAL/URBANO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Uma das estratégias de sobrevivência da agricultura familiar é a luta para sobreviver, a elaboração de projetos que possibilitam a permanência do homem no campo é justificada pelas práticas de migração do campo para o urbano, esse processo de migração ocorre principalmente com os filhos dos agricultores para estudos ou trabalho nos centros urbanos. Um dos fatores que ocorrem na agricultura familiar é a evasão dos jovens, para Cancelier (2013) a redução de fonte de renda, o retorno obtido baixo e a frequência frustração nas pequenas propriedades, ocorre abandono ou migração para outras regiões.

A evasão dos jovens na agricultura ocorre por duas rupturas segundo Cancelier (2013), social e econômica, no campo econômico através da rentabilidade da propriedade, crescimento da suinocultura e a logística da agricultura familiar, no campo social o processo de migração dos jovens, envelhecimento, processo de masculinização da população rural, provendo a diminuição e rentabilidade do trabalho social. Para Zago (2016) a agricultura familiar vem passando por transformações, a valorização dos filhos dos produtores para melhores condições de trabalho e educação. Os projetos das APACO, buscam resgatar e conscientizar a importância da agricultura familiar, para o desenvolvimento econômico e social da região.

O fortalecimento da agricultura familiar deve estar aliado à tentativa de estimular o desenvolvimento regional, estabelecer metas que visem à melhoria da qualidade de vida através de integração entre os espaços excluídos da dinâmica socioeconômica. A minimização da situação de pobreza pode ser alcançada através de ações de políticas públicas que incentivem a forma mais ativa a agricultura familiar. (CANCELIER, 2013, p. 140)

Verifica-se que situação da agricultura familiar está ligada ao patrimônio sociocultural no qual a importância do convívio social é essencial tal como a importância a permanência na terra, tendo em vista que o processo de envelhecimento no meio rural e a migração dos mais jovens para o meio urbano, Zago (2013) aponta que a migração ocorre na maioria das vezes em maior grau feminino e Pertile (2013) salienta que na unidade familiar a figura masculina aparece em maior frequência nas tomadas de decisões.

Para Silva et al. (2003) a migração rural-urbana está fortemente vinculada à menor capacidade da obtenção de renda na agricultura, para os autores as famílias não conseguem se manter no meio rural e a migração dos seus filhos com potencial de trabalho nos centros urbanos é uma alternativa econômica. Para Cancelier (2007), a migração é incentivada pelos pais, por

motivos financeiro e perspectivas no meio agrícola, os filhos vão buscar por melhores condições de garantir o futuro. Com base nessas premissas, os três projetos que estão sendo discutido nessa pesquisa, destacam a importância da permanência do homem do campo e a participação econômica ativa da família nas tomadas decisões.

O referido projeto propõe-se a melhorar estas limitações ligadas ao perfil dos pais, e espera que o perfil inovador dos filhos(as) supere estes entraves, ligados especialmente a gestão, aos procedimentos e a comercialização como um ato formal, autônomo e independente. (APACO, 2015, p. 5)

As mudanças socioculturais que a APACO busca em seus projetos, destacam-se pela participação dos pequenos agricultores em melhores condições no campo e a participação de toda a família nas atividades da propriedade, que antes eram destinadas exclusivamente ao pai de família. Esses aspectos valorizam a importância de todos os integrantes da família serem ativos na participação das decisões em conjunto, formando assim uma espécie de mini democracia familiar.

A participação nas decisões econômicas mostra o processo de engajamento familiar e participativo, mas, somente com participação ativa em treinamento e atividades que envolvam organização participativa que a mudança pode ocorrer. O processo de permanência dos jovens no campo também é influenciado pela educação, pelo grande número de jovens e sua permanência na escola. O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) destaca:

[...] a oferta do transporte escolar tem sido objeto de um debate intenso, pois, enquanto os movimentos sociais e uma série de políticas governamentais buscam fixar o trabalhador rural no campo e assegurar a posse da terra para aqueles que a desejem cultivar, o transporte escolar atua em sentido inverso, levando o filho deste trabalhador para os núcleos urbanos. (INEP, 2007, p. 37)

Os jovens migram para os centros urbanos para ampliar o grau de escolarização e muitas vezes permanecem nas cidades grandes (ZAGO, 2013), no caso do Oeste de Santa Catarina, núcleos municipais de cidades pequenas ajudam financeiramente os jovens a estudarem nas cidades grandes e a permanência do homem no campo. O conhecimento pode ser destaque para permanência do homem no campo e o cultivo consciente de alimentos saudáveis, pois a capacitação e treinamentos entram a categoria, na qual faz parte a APACO.

Para a grande parte dos jovens existe o núcleo familiar aonde fazem parte e não pretende deixar, segundo Tedesco (2006) o processo migratório para os centros urbanos é facilitado pelo de transporte e a gratuidade do ensino, possibilitando o ingresso a faculdade. Reflexões que

levam a entender que o processo de permanência a migração dos jovens para os centros urbanos depende muito do local que se encontram e políticas públicas. O ensino, trabalho, melhores condições futuras, são motivo de indagações nas quais os jovens estão inseridos, visando ações modernas e práticas. Para Cancelier (2007) a falta de perspectiva econômica e social eleva o índice de evasão dos jovens, mas para o autor desse texto existe um pressuposto opostos, no qual os jovens podem protagonizar um aumento econômico para as famílias a partir e inovações e capacitação. Pois a partir de incentivos a mudanças, sendo elas sociais ou econômicas a partir de políticas públicas e ONGs possibilitam mudanças na agricultura familiar.

4.3 AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

No contexto social/ambiente a agricultura familiar está presente, Alier (2007), pois agroecologia destaca-se pela preservação do meio ambiente, uma discussão produzida historicamente sobre a participação dos pequenos produtores na economia e exportação. Com esse diálogo é importante acrescentar outra discussão, foi uma escolha ou destinado aos pequenos produtos. As discussões sobre agroecologia e agricultura familiar remetem ao papel social dos pequenos produtos na economia com políticas públicas que beneficiam e incentivam a permanência e o crescimento na produção orgânica.

A agroecologia é produção sustentável em todos os aspectos, propondo a agrobiodiversidade e o resgate de insumos poucos utilizados, além de práticas e inovações para o crescimento científico na produção consciente de alimentos oriundo saudáveis. A agrobiodiversidade reúne conjunto de combinações que propõem o crescimento socioambiental e sustentável com fome nas comunidades rurais, quatro níveis de complexidade: diversidade dentro de espécies, diversidade entre espécies, diversidade entre ecossistemas e diversidade etnocultural (NODARI; GUERRA, 2015). A agroecologia implica em práticas agrícolas sobre os aspectos da dignidade humana e sustentável e etnocultural.

Em razão da prática histórica dos agricultores, a troca de sementes possibilitou a disseminação das espécies de plantas mais importantes para a alimentação. A grande diversidade genética existente nas variedades crioulas (ou landraces) possibilitou que a seleção natural e a seleção praticada pelos agricultores promovessem a adaptação a distintos ambientes, mesmo distantes dos centros de domesticação. (NODARI; GUERRA, 2015, p. 184)

A historiografia da agricultura e a biodiversidade está ligada a adaptação dos insumos aos meios e locais, a etnocultural o diálogo entre os produtos é de extrema importância para o

crescimento e o desenvolvimento de alimentos. A adaptação se dá por meio de experimentos em locais com genótipo semelhante, ou local domesticados para diferentes espécies. Para EMBRAPA (2006) o conceito de agricultura e sociedade agroecológica, vem com objetivo de inclusão social no campo, que visa a não decência de insumos químicos e troca dos saberes dos agricultores e dos técnicos envolvidos no processo de desenvolvimento.

Manejo da Biodiversidade: trata da coleta, caracterização e avaliação de germoplasma diversos, incluindo plantas nativas para cobertura de solo e espécies florestais, para uso na recuperação de solos e exploração econômica de seus produtos no âmbito da agricultura familiar. Para evitar a crescente erosão genética, é necessária a coleta de germoplasma de algumas hortaliças, algumas delas pouco contempladas em outros programas, como cucurbitáceas e pimentas, por exemplo, tradicionalmente cultivadas pelos agricultores, e que estão sob sérios riscos de desaparecimento devido à pressão da oferta de novos materiais, principalmente híbridos. (EMBRAPA, 2006, p. 14)

Identifica-se que a biodiversidade e a etnocultura destacam-se pelo diálogo e preservação de espécies, o projeto da APACO “agroecologia”¹⁰ no qual consiste em dialogar e capacitar dos pequenos produtores sobre agricultura sustentáveis, reunindo os aspectos etnocultural, biodiversidade e a valorização de sementes crioulas¹¹, e principalmente a certificação da produção orgânica. Ressalta que uma grande parte dos produtores rurais produzem alimentos orgânicos, mas sem certificação, sendo um dos aspectos fundamentais para regulamentação da produção orgânica. A garantia de qualidade e do consumir conhecer o produtor e a origem do alimento, a certificação é essencial para concretizar os fundamentos teóricos da agricultura agroecológica.

A questão da certificação é um tema polêmico para os pequenos produtores, pois a falta de informação e pessoal técnico para validação, se torna muitas vezes não certificados e perde valor de venda dos produtos orgânicos. Na qual o projeto da APACO que busca a certificação tem o objetivo específico a capacitação dos agricultores familiares em novas tecnologias para a produção orgânica e o manejo do solo e de cultivo agropecuário (APACO, 2016). A certificação orgânica e validação de qualidade, contem lógica técnica e um custo elevado para o produtor no decorrer do processo.

Várias organizações não governamentais, associações de agricultores familiares e movimentos sociais de diferentes regiões do país têm trabalhado na perspectiva de um sistema solidário de geração de credibilidade, confiança, solidariedade, comprometimento e responsabilidade entre aos atores do processo, ou seja,

¹⁰ APACO. **Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense**. Chapecó, 2016

¹¹ Semente conhecidas como tradicionais, obtendo o processo de adaptação natural sem auxílio da genética.

agricultores, técnicos e consumidores, a chamada certificação participativa. (EMBRAPA, 2006, p. 29)

Percebe-se que a participação de entidades e associações é de extrema importância para certificação da produção agroecológica, na qual o projeto da APACO “agroecologia”¹² busca organizar a certificação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de 30 famílias que participam do projeto (APACO, 2016, p. 6). A certificação orgânica envolve em valores sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais, o incentivo e a valorização da agricultura familiar.

O sistema agroecológico desenvolve a participação local de entidades não-governamentais, no caso da APACO contempla o Oeste de Santa Catarina, mantendo um amplo diálogo com os associados sobre a importância da certificação agroecológica e sua importância. Identifica-se que os associados já possuem experiência com a produção orgânica e participam de atividades da rede ECOVIDA de certificação participativa.

Na região do oeste catarinense, a APACO, coordena um núcleo de rede ecovida de certificação participativa com a participação de 30 famílias de agricultores que produzem os mais diversos produtos “in nature”, como hortaliças passando até a industrialização. Suas maiores dificuldades são a falta de articulação institucional da APACO para encaminhar os procedimentos para formalidade da certificação orgânica: como: caderno de campo – rastreabilidade dos produtos; mapas de manejo dos talhões produtivos, cadastramento da propriedade junto ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), para obtenção do selo orgânico (APACO, 2016, p. 7).

A agroecologia proporciona desafio para o produtor e o consumidor, tais desafios engloba as práticas de consumo consciente de produtos agroecológicos, para o produtor poder vender seu produto de forma consciente existe a necessidade da certificação e procedência do produto, que visa a qualidade para o consumidor, compreender, atender e verificar a procedência do alimento. Para Tedesco (2006), a produção agroecológica representa uma nova visão, na qual a vida está em primeiro lugar e a parceria entre o homem e a natureza. Prezotto (2005) cita que a qualidade dos alimentos produzidos organicamente, destaca-se pelo controle de qualidade, no qual a certificação atesta a saúde do alimento, legalizando a comercialização como forma de qualidade técnica e legal.

A agricultura familiar encontra desafios e perspectivas para a legalização da produção de alimentos orgânicos, nos quais a agroecologia pode ser formulada para além de práticas

¹² APACO. **Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense.** Chapecó, 2016

agrícolas, representando um estilo de vida para as famílias. Para compreender a importância da certificação dos produtos orgânicos é importante entender e compreender o espaço do Oeste de Santa Catarina. A região do Oeste de Santa Catarina a atividade de plantio de feijão e milho não era mais suficiente para os pequenos produtores, pela falta de áreas e pouca produção.

A suinocultura e a avicultura vêm passando por um forte processo de seleção/exclusão de produtores, reduzindo seu alcance social, como atividade comercial. A maioria dos agricultores encontrou na produção de leite a última oportunidade, no curto prazo, de ingressos monetários, de caráter distributivo e de grande alcance social e, por isso, constitui-se na nova âncora potencial de formação da renda e sustentação da agricultura familiar da região. Mesmo que desde o ano de 2013 esteja passando por uma crise econômica. (APACO, 2015, p. 5).

Com a atividade comercial e a modificação das práticas agrícolas e mudanças na produção dos pequenos produtores, acharam a “solução” para a situação econômica, modificando para a suinocultura e a avicultura, pois as práticas agroecológicas e incentivo são poucas. Visando as práticas de produção agroecológicas Cancelier (2013), destaca que a agroecologia é vista como uma perspectiva de desafio para os pequenos produtores de Chapecó, pelo curso espaço de produção, pensando que a produção é pequena e difícil o manejo da terra, os produtores acabam usando produtos químicos e de se desligando da agroecologia.

A certificação da produção de alimentos agroecológicos vai para além do processo econômico, pois a valorização do trabalho dos pequenos produtores em ter seus produtos para além das feiras, uma vez que o processo de certificação da APACO, busca os seguintes elementos para certificação é o produtor ter o nome da família no comércio da região. Diante disso a certificação organiza a produção agroecológica e a comercialização dos produtos, com: rótulos, selos, códigos de barra e marketing dos produtos. O Quadro 2 representa o processo de atividades do projeto “agroecologia”¹³, objetivando a capacitação dos pequenos produtores, para além das feiras coloniais.

Quadro 2 - Objetivos das atividades

Objetivos específicos	Atividades a serem desenvolvidas	Resultados Esperados (quantitativos e qualitativos)
Capacitar agricultores familiares em novas tecnologias para produção orgânica de manejo de solo e de cultivo agropecuário	Realizar 6 (seis) encontros regionais de capacitação de 8 horas sobre os instrumentos de manejo que devem ser implantados para o manejo orgânico	Sensibilizar e capacitar sobre os instrumentos técnicos, serão 6 (seis) encontros regionais

¹³ APACO. *Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense*. Chapecó, 2016

Objetivos específicos	Atividades a serem desenvolvidos	Resultados Esperados (quantitativos e qualitativos)
	Realizar duas visitas técnicas para cada família participante do projeto de 4 horas para implantar os instrumentos técnicos	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar os cadernos de campo para acompanhar a rastreabilidade - Construir os mapas de manejo orgânicos das propriedades
	Realizar 5 (cinco) oficinas de 8 horas contemplando temas de tecnologia agroecológicas	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar até 30 (trinta) famílias em tecnologia agroecológica de interesse, nas seguintes áreas: a) produção animal – leite a base de pasto, b) boas práticas na agroindustrialização e rastreabilidade, c) manejo preventivo de pragas de doença em plantas e vegetais, d) manejo orgânico do solos, e) elaboração de produtos fitoterápicos, homeopáticos e biofermentados de uso agroecológico.

Fonte: APACO (2015)

A implementação e a capacitação ressaltam o uso da tecnologia para produção orgânica na qual atividades capacitação envolvem o processo de educação consciente no plantio de produtos agroecológicos. Para produção e certificação orgânica envolve atividades nas quais muitos agricultores estão despreparados, ou não informados sobre. A tabela descrita no Quadro 2 demonstra o processo básico de capacitação dos agricultores no projeto “agroecologia”¹⁴, realiza atividades, técnicas do manuseio das tarefas agroecológicas e o acompanhamento das propriedades.

[...] as ONGs do sul e algumas de outras regiões do Brasil, defendendo um sistema solidário de geração de credibilidade para os produtos orgânicos; um sistema de rede que articule o produtor ao consumidor, num processo de certificação participativa; defendendo o sistema construído e praticado por centenas de grupos de agricultores e consumidores ecologistas que historicamente dispensaram o fiscal inspetor, entendendo que podem gerar credibilidade com isenção e responsabilidade. (TEDESCO, 2006, p. 51)

Tedesco (2006) destaca a participação de ONGs para certificação de produtos orgânicos da forma adequada, observando o reconhecimento da lei nº 10 031 (BRASIL, 2003) mais conhecida como lei dos orgânicos, garantindo a qualidade dos produtos. A Rede Ecovida criada em 1999, abrange diversos ONGs de agricultores que produzem alimentos agroecológicos do

¹⁴ APACO. *Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense*. Chapecó, 2016

sul do Brasil, ela constrói um espaço de diálogos entre as ONGs envolvendo a certificação e comercializado de alimentos agroecológicos.

4.4 CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS AGROECOLÓGICOS

O fortalecimento da agroecologia está ligado fortemente a agricultura familiar, e a garantia de qualidade, Tedesco (2006) acentua três elementos que enriquece a proposta agroecológicas a construção da autonomia, a geração de identidade, geração de credibilidade. A construção da autonomia busca compreender o benefício da comercialização e a auto certificação dos próprios agricultores, envolvendo práticas de produção que promovem a ação participativa. A identidade reúne objetivos de identificação com a produção agroecológica, o fortalecimento da própria capacidade participação agregando atores sociais. A geração de credibilidade é fundamentada em credibilidade e responsabilidade agroecologia, influencia outros agricultores a participarem do plantio consciente, também representa a credibilidade com o consumidor.

A agricultura familiar prove de um espaço privilegiado para a agroecologia, historicamente menos favorecida pelos processos econômicos agrários, mas para Alier (2007) a agricultura familiar foi destinada ao agroecologia, pela falta de interesse dos grandes latifundiários, visando que os produtores rurais com um pouco mais de terra, não buscam dialogar com agroecologia pois conseguem tirar o seus sustento da terra a partir de plantações razoavelmente grandes. Constata-se que o processo de mudanças são a partir de ações para certificação de produtos agroecológicos, expondo uma nova visão de mundo de natureza agroecológica, motivando o avanço a reconstrução social.

O resultado do projeto “Juventude rural”¹⁵, estabelece a organização dos jovens em grupos de apoio aos projetos agroecológicos, consolidou as bases com experiências produtivas, e inseriu as famílias no mercado produtivo orgânico, com base na Cooperativa Central Sabor Colonial a fim de facilitar a comercialização dos produtos. Foi consolidada a parceria com o programa PNAE (Nacional de Alimento Escolar) dos municípios do Oeste de Santa Catarina, a processo de lidar com gestão dos recursos do familiar não pode descrito no projeto, mas, foi destinado 30 jovens o treinamento em gestão e comercialização (APACO, 2015).

Produção, Certificação, Organização e Articulação em Grupo de experiências de Produção Agroecológica de Jovens Rurais do Oeste Catarinense, através da

¹⁵ APACO. **Projeto 15.025 – Juventude Rural**. Chapecó, 2015

certificação pelo sistema de SPG, organização de base de serviços coletiva e comercialização, rastreabilidade e gestão através de sites apropriado. Esta estratégia visa a consolidação de experiências agroecológica, inserção de jovens como empreendedores no mercado de trabalho e melhoria da renda futura de suas famílias. (APACO, 2015, p. 6)

O projeto “Juventude rural” articula o envolvimento dos grupos na região do Oeste de Santa Catarina que visam a produção orgânica e a capacitação dos jovens a serem empreendedores no trabalho no campo. A tabela 03 representa as atividades elaboradas pela APACO, que propõem dois diálogos, o primeiro sobre a participação dos jovens como agentes ativos na família, através de cursos de gestão e financiamento de equipamento, notebook. O segundo ponto é a certificação das propriedades para a produção agroecológica, acontecendo nas cidades de Chapecó e Seara representada pela Quadro 3.

Quadro 03 – Execução das atividades, Projeto 15.025 – Juventude Rural

Execução das Atividades – Municípios	
Atividades	Município (s) e UF (s)
Encontro com jovens para planejamento do projeto e acompanhamento	Chapecó - SC
Aquisição de computadores para os jovens	Chapecó – SC
Curso de produção orgânica de 16 horas	Chapecó – SC
Curso de gestão de 32 horas	Seara - SC
Curso de certificação SPG de 8 horas	Seara - SC
Curso de manuseio do site de 16 horas – gestão comercialização e rastreabilidade	Seara - SC
Melhoria na planilha de gestão das unidades produtivas	Chapecó – SC
Elaboração do site de gestão, organização, rastreabilidade e comercialização	Chapecó – SC
Aquisição dos equipamentos de escritório	Chapecó – SC
Assembleia de organização dos jovens na Apaco e definição de serviços	Chapecó – SC
Certificação das propriedades	Chapecó – SC e Seara - SC

Fonte: APACO (2015)

Para a produção sustentável é necessário tem uma base no qual se manter, para o agricultor é necessário treinamentos e assistencialismo técnico, a agroecologia para Balestrin (2015), se baseia em práticas entre o homem e a natureza, privilegiando o saberes envolvidos elaborados na agricultura, considerando que as pequenas propriedades são os principais autores para o crescimento da sustentabilidade. A participação dos jovens no processo garante o interesse na participação na agroecologia, a partir de treinamentos e incentivo, buscando mudar o cenário do campo, para Cancelier (2013) muitos dos jovens migram para o centro urbanos

porque não almejam a profissão de agricultor. O projeto “Juventude rural”¹⁶, proporcionou resultados estratégicos na consolidação das propriedades, com a certificação agroecológica de 16 propriedades para inserir no mercado produtos diferenciados.

Este estudo bibliográfico fundamentou-se em referências pertinentes ao tema, situadas principalmente no campo das ciências sociais e em menor proporção das ciências agrárias. Pode-se concluir que o papel da agricultura familiar, da pequena propriedade, é muito relevante na consolidação das práticas agroecológicas, nos seguintes aspectos: as pequenas propriedades rurais conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas; são produtoras de alimentos diversificados; tendem a não usar sementes geneticamente modificadas; são propriedades diversificadas que favorecem a sustentabilidade dos ecossistemas; utilizam-se de mão-de-obra familiar ou da comunidade; são áreas ricas em agrobiodiversidade e contribuem para a preservação das matas, dos mananciais de águas, das espécies, influenciando também no clima. (BALESTRIN, 2015, p. 4)

O projeto da APACO que foca na “Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense”¹⁷, foi elaborada na perspectiva da certificação orgânica e participativa dos pequenos produtores, esse pequenos projetos procuram fortalecer a agricultura familiar, no entanto esses projetos não estão acessíveis a todos os produtores. Para Cancelier (2013) em Chapecó os projetos para a agricultura familiar buscam o desenvolvimento da região e também a valorização dos pequenos produtores, são desenvolvidos por entidades públicas, privadas e ONGs, ampliando estrategicamente o fortalecimento da produção.

A consolidação da produção orgânica procura devolver novas práticas de comércio, no qual as feiras coloniais não suprem mais a necessidade econômica dos pequenos produtores, pois o rodízio se torne grande e, às vezes, a participação são poucas por mês. A certificação dos produtos orgânicos elabora uma nova perspectiva social e cultural, os produtores de alimentos orgânicos certificados não dependem somente das feiras agroecológicas, inclui o comércio como uma nova realidade econômica. Pois os projetos da APACO, organizam toda a logística para o comércio em mercados e lojas naturais, principalmente a rotulagem e código de barras exigidos pela LEI nº 10.831 (BRASIL, 2003), referente a produção orgânica.

O desenvolvimento do projeto “Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense”¹⁸ realizou encontros nas cidades de Chapecó, Coronel Freitas, Seara, Itá,

¹⁶ APACO. **Projeto 15.025 – Juventude Rural**. Chapecó, 2015

¹⁷ APACO. **Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense**. Chapecó, 2016

¹⁸ APACO. **Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense**. Chapecó, 2016

Guatambu, com a proposta de seminários sobre o manejo da produção orgânica, oficinas de capacitação sobre o preparo agroecológico e a regulamentação da produção orgânica. Foram feitas visitas técnicas nas propriedades de 16 famílias, nas quais 14 estão propícias para produção orgânica e a certificação junto ao MAPA. No final do projeto foi elaborada uma cartilha com o passo a passo da certificação orgânica, para orientar os agricultores, o material foi de boa aceitação pelos agricultores, com soluções de certificação orgânica participativa (APACO, 2015).

Um das dificuldades encontradas no projeto “Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense”¹⁹, foi não encontrar os agricultores em casa, mesmo agendando previamente, sendo assim efetuado um retorno posterior e um novo agendamento, organizando o tempo necessário para o treinamento e capacitação das famílias. As mudanças na vida das pessoas envolvidas no projeto, significou um retorno no diálogo da produção orgânica ajudando a difundir e modificar o cenário no Oeste Catarinense, e a insistência para a capacitação técnica sustentável, visto que em nossa região existe muitas famílias envolvidas na produção de suínos, aves e leite.

Com projeto (Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense) apoiando pelo fundo socioambiental casa, deu uma motivação e mais para estas pequenas propriedades que de alguma forma sentem-se excluídas, a produzir de forma orgânica e maneira sustentável, gerando renda e aumentando a qualidade de vida dos envolvidos. (APACO, 2015, p. 6)

Com esse projeto a APACO beneficiou 62 pessoas diretamente, sendo 26 mulheres, melhorando na organização, experiências, estratégias, criatividade e na estrutura física com notebook. Para APACO foi destinado uma sala para agroecologia contando com 1 notebook e pessoal qualificado. Os impactos territoriais na certificação orgânica junto com a rede Ecovida, teve um aumento de renda de 16 famílias com os valores dos produtos orgânicos, já na sociedade proporcionou um ganho maior na qualidade de alimentos livres de resíduos de agrotóxicos (APACO, 2015).

De acordo com Nodari e Guerra, (2015) é necessário mudanças urgentes na forma que de relacionamos com a biosfera, e qualquer esforço é válido para alcançar a sustentabilidade, adotando a prática orgânicas na produção, produzindo e adotando práticas ecológicas. A

¹⁹ APACO. **Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense**. Chapecó, 2016

agroecologia pode mudar a perspectiva de vida do produtor e do consumidor, na qualidade do alimento e na saúde.

Para mudar a perspectiva sociocultural a APACO buscou no projeto “eco mudança”²⁰, que é possível investir em tecnologia para agricultura, com a realização de cursos, treinamentos e investimento em matéria prima para produção de fertilizantes ecológicos. Foram realizadas visitas aos agricultores para diagnosticar qual seria o insumo para cada caso, genuinamente orgânicos, integrando a agroecologia e sustentabilidade. Foram realizadas oficinas no município de Chapecó (dez oficinas, sendo três sobre rochagem²¹; duas sobre o Bokashi²²; duas sobre compostagem líquida continuada e três sobre água de vidro); em Seara (oito oficinas, sendo duas sobre rochagem, duas sobre compostagem líquida continuada; três sobre o Bokashi e uma sobre água de vidro). Planalto Alegre (cinco oficinas, sendo duas sobre a compostagem líquida continuada, uma sobre o Bokashi, uma sobre água de vidro; uma sobre a rochagem); Caxambú do Sul (quatro oficinas, sendo duas sobre a compostagem líquida continuada; uma sobre a rochagem e uma sobre o Bokashi); Coronel Freitas (três oficinas sendo uma sobre a rochagem; duas sobre o Bokashi e uma sobre a compostagem líquida continuada); Saudades (duas oficinas, uma sobre o Bokashi e uma compostagem líquida continuada) e; Guatambú (três oficinas, sendo uma sobre rochagem, uma sobre o Bokashi e outra sobre a compostagem líquida continuada) (APACO, 2019).

O projeto “eco mudança”²³, elaborou treinamento, que projetaram melhoria no aspecto social das famílias que participaram, no entanto enfrentaram alguns problemas, poucas pessoas envolvidas nas famílias, sobrecarregando na produção do biofertilizante. Para Cancelier (2013) a agroecologia proporciona a mudança social na vida dos pequenos produtores, os envolvimento de políticas públicas e ações social para permanecia do homem no campo, a volta do homem para o campo foi destacada no projeto com:

“Ao mesmo tempo, o crescimento do desemprego pode ser um vetor de ‘devolução’ de pessoas ao meio rural, e entre os beneficiários deste projeto, há quatro casos já consolidados de retorno jovens às propriedades rurais de seus pais.” (APACO, 2019, p. 13).

Na citação anterior, pode-se perceber que com o incentivo na produção e melhores condições na agricultura, existe um processo de permanência do homem no campo ou de

²⁰ APACO. **Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA**. Chapecó, 2018

²¹ prática de recuperar a fertilidade de solos pobres e lixiviados através do uso de misturas de rochas, ou pó de rocha. Essa prática torna possível a substituição do uso de fertilizantes químicos, abaixando o custo e impacto ambiental.

²² utilizavam-se tortas e farelo de oleaginosas como adubos orgânicos, incorporando-os ao solo.

²³ APACO. **Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA**. Chapecó, 2018

retorno. Vale ressaltar que o projeto não tinha essa finalidade, mas proporciona a partir de ações agroecológicas e incentivo no mercado econômico, visto que o projeto beneficiou 40 famílias e um aumento de 30% na renda. Um detalhe importante foi a implementação da primeira plantação comercial de melancia sem o uso de agrotóxicos no município de Caxambú do Sul, com o uso de biofertilizantes obteve um rendimento comercial de 40%, realizando aplicações semanais durante 120 dias (APACO, 2019).

O projeto apresenta condições plenas de replicação para outras comunidades e grupos de agricultores familiares indígenas e outros grupos empobrecidos. Não existem grandes complicadores em relação a agricultores economicamente consolidados. Pelo contrário, quando em condições de realizar pequenos investimentos, os resultados podem ser bem mais abrangentes. Representou uma ótima oportunidade para a APACO pôr o tema dos biofertilizantes no centro das preocupações para a agroecologia com mais objetividade. (APACO, 2019, p. 21)

Os três projetos da APACO estudados nesse trabalho, proporcionaram uma mudança sociocultural nas famílias que participaram, tendo em vista que cada projeto teve suas especificidades e abordagens, correspondendo melhorias no campo e participação econômica no mercado. Ao aumento da renda da família auxilia na permanência do homem no campo, envolvendo todos os membros da família na participação das atividades e principalmente na toda de decisões.

O cultivo de alimentos saudáveis sem a utilização de agrotóxicos pode transmitir para o produtor e consumidor uma confiança muita e a certificação orgânica garante que o produto seja livre de qualquer substancia geneticamente modificada. Os projetos analisam as principais características dos pequenos agricultores e elaboram propostas que buscam soluções possíveis.

4.5 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E SUA IMPORTÂNCIA

Nos últimos anos existe discussão sobre os alimentos transgênicos e o grande uso de agrotóxicos, associados a doenças, mudanças ambientais, poluição entre outros. Marques (2010), dialoga com conceito de crise ambiental, momentos que ainda a ciência está voltada para grandes produções de alimentos, uma crise que nos leva a duvidar da ciência, sendo a protagonizada de diversas doenças cancerígenas e contribuindo ativamente na poluição ambiental. Com base nessas premissas a produção agroecologia destaca-se como alternativa sustentável e viável para melhoria da qualidade de vida.

A agroecologia não se torna somente uma alternativa importante em diversas camadas socioambientais, ela é fundamental para o desenvolvimento da cultura do consumo sustentável.

Levando em conta Worster (1991) os historiadores devem levar em conta o papel da “grande transformação”, traços de Karl Polanyi sobre ascensão do capitalismo, a importância da história acadêmica da agroecologia social. O capitalismo revela como é fundamental o crescimento da agroecologia e os agentes sociais que possibilitam o crescimento das ideias agroecológicas nos pequenos produtos.

A história ambiental dialoga com o processo histórico e mudanças sociais, culturais e ambientais, na qual o processo agroecológico visa essas mudanças como agentes de transformação da agricultura química para a agroecológica. O aperfeiçoamento do processo de transformação para a agroecologia estabelece estratégia juntos com os agricultores, mostrando a eficiência do uso de processos naturais para o plantio. “[...] a Agroecologia constitui-se, cada vez mais, em importante ferramenta para a promoção das complexas transformações sociais e ecológicas necessárias para assegurar a sustentabilidade da agricultura e das estratégias de desenvolvimento rural.” (EMBRAPA, 2006, p. 8)

Aderindo a agroecologia possibilita uma transformação social na vida dos produtores, reconhecidos nas comunidades, melhores condições futuras. O tema é um conjunto de relações de conhecimentos, tecnologia e inovações, relevantes para a sociedade como um todo, no qual se encontra a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos, um complexo de relações sociais que buscam um futuro de melhores condições para o planeta, essencial para um futuro sustentável (EMBRAPA, 2006).

É nessa perspectiva que a agroecologia se apresenta, ou seja, de construir alternativas para tirar da crise a agricultura, especialmente a familiar, organizando-a tanto para porteira para fora quanto para dentro da propriedade, valorizando a cultura e o saber dos pequenos agricultores, buscando o reconhecimento e o fortalecimento da importância da agricultura familiar ecológica e produzindo alimentos saudáveis. (TEDESCO, 2006, p. 31)

É importante compreender que passar da agricultura química para a orgânica é um processo complexo, envolvendo mudanças radicais de ideias e métodos agrícolas, por sua vez determina uma grande adequação dos agricultores. Nessas perspectivas os projetos das APACO, apresentam-se na constituição em rendes, apoiados por programas internacionais e nacionais de apoio organizacional da agricultura familiar, seus maiores desafios são a qualificação e o fortalecimento e consolidação, integrando a Rede Ecovida para certificação participativa de produtos agroecológicos (APACO, 2015).

É fundamental a consolidação dos processos ecológicos para o incentivo aos demais produtores a produção de alimentos orgânicos, pensando na produção agroecológica e

sustentável. A certificação participativa da Rede Ecovida, facilita o crescimento e a qualidade de origem dos produtos, ecologicamente processados, é fundamental a aplicação desse estímulo, no método de fortalecer a produção e o consumo de produto orgânicos.

Para EMBRAPA (2006) o conceito de agroecologia é um conjunto de diversas ações e valores éticos relacionado a sustentabilidade socioambiental, a agroecologia propõem o enriquecimento de experiências sociais e agrárias, gerando conhecimentos sócio ambiental. Tais conhecimentos desconstroem métodos produtivos que agridem ao meio ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições das atividades que geram a participação dos movimentos sociais que visa o enriquecimento cultural, a APACO se destaca com os fundamentos na perspectiva de servir como “ferramenta” para que o pequeno produtor seja o sujeito da sua própria história. Apesar de existirem vários incentivos para produção agroecológica, não são o suficiente para a consolidação dos produtores. A importância do investimento na agricultura sustentável gera o esquecimento cultural sobre a importância do consumo de alimentos saudáveis e a propagação das ideias agroecológicas.

O incentivo para a produção orgânica é importante em várias esferas, sendo elas: sociais, culturais, econômicas. Na social vale destacar o processo participativos dos agricultores em organizações, cooperativas que incentivam a produção orgânica, reunindo reivindicações para subsídios das atividades de produção sustentável. A disseminação da produção orgânica pode caracterizar pelo processo cultural da valorização dos pequenos produtores. Com o investimento na base agroecológica e a valoriza a produção possibilita que a produção orgânica seja a principal renda dos pequenos produtores, no qual estavam inseridas somente nas feiras coloniais.

A valorização dos produtores agroecológicos é de extrema importância para o crescimento das práticas agrícolas, mas para que isso aconteça é necessário político público de qualidade, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável. Considerando que a agroecologia tem um papel fundamental na qualidade de vida do produtor e do consumidor, e valorizando a preservação do meio ambiente.

Para compreender o processo histórico do desenvolvimento rural do Oeste Catarinense, foi utilizado o viés da História Ambiental, na qual estuda mudanças sociais no meio ambiente deixadas pelo homem. Possibilitando na pesquisa refletir as ações do homem no processo de degradação e preservação do meio ambiente a partir da interdisciplinaridade do estudo proporcionado pela História Ambiental.

Ao longo da pesquisa foi elaborado a base para empreender o processo histórico da região do Oeste de Santa Catarina, formado por pequenos produtores e lutas dos movimentos sociais. Os movimentos sociais abrangem diversos aspectos para valorização dos menos favorecidos, o reconhecimento dos pequenos produtores rurais e a agroecologia foram os destaques nesse trabalho.

Os pequenos produtores, muitas vezes chamados de agricultura familiar contribuem para a agricultura agroecológicas e sustentável, considera-se o fator essencial para produção

orgânica e responsabilidade socioambiental. Os impactos ambientais deixados pelo agroquímico são muito maiores que políticas públicas voltada para agroecologia, possuindo um déficit enorme com o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável é caracterizado por ações que respeitem o meio ambiente, diminuindo os impactos ambientais na produção de alimentos, a fim de garantir uma vida saudável no campo utilizando somente os recursos naturais. O fruto da agricultura sustentável é a produção orgânica propondo resgatar a dignidade humana, pois ao longo da história proveu degradação na agrobiodiversidade.

Observou-se a estrutura social dos pequenos agricultores familiares, se adaptando as exigências do mercado e ao grande crescimento do agronegócio. A agricultura familiar historicamente sempre foi o meio para subsistência da família no campo, percebe-se que o processo de subsistência se torna inviável, ocorrendo o processo de migração do campo para os centros urbanos, principalmente dos filhos dos agricultores. Verificou-se que a partir dos projetos da APACO, ou o retorno de alguns jovens para o campo, por incentivo a certificação orgânica e a produção sustentável.

A implementação de políticas públicas no campo e o incentivo a agroecologia, reduz a desigualdade, pobreza e melhora a qualidade de vida dos agricultores, no plantio ecológico/sustentável, mantendo os valores tradicionais e incentivando os valores culturais agroecológicos. A contribuição da APACO como ONG, proporcionou uma nova visão de vida para os agricultores, cultural e econômica, a participação no comércio de alimentos com a certificação orgânica, valoriza a agricultura familiar e incentiva a produção agroecológica na região do Oeste de Santa Catarina.

Esse estudo conclui que toda forma de incentivo na produção agroecológica e sustentável é importante, valorizar os pequenos produtores é uma ação descentralizações das ideias agroecológicas, proporcionado a criação da cultura sustentável e a consolidação das práticas agroecológicas. Percebe-se que a agricultura familiar contém todos os elementos necessários para a transição da agricultura agroquímica para a orgânica, para consolidação é necessário políticas públicas e incentivo para produção orgânica, pois as ONGs conseguem contemplar somente um número muito pequenos de pequenos produtores.

A contribuição desse trabalho é a reflexão sobre a produção orgânica no Oeste de Santa Catarina, a importância de projetos agroecológicos, questão crucial para o desenvolvimento e a implementação do desenvolvimento rural agroecológico, uma vez que a transição para o modelo agroecológico pode levar até três anos para se consolidar. Nesse trabalho foi apresentado o primeiro passo para produção orgânica, treinamento, certificação, gerando o incentivo

sociocultural para produção orgânica participativa, a segunda etapa corresponde ao acompanhamento dos pequenos produtores e o desenvolvimento das práticas agroecológicas.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADES, Thiago Oliveira de. GANIMI, Rosângela Nasser. **REVOLUÇÃO VERDE E A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA**. Acesso 23/09/2019. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, Mar. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502006000100005>.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE - APACO. **HISTÓRICO DA APACO**. 2018. Disponível em: <http://apaco.org.br/nossa-hist%C3%B3ria>. Acesso em: 13 dez. 2018.

BALESTRIN, Nádia Luzia. Agricultura Familiar, Agroecologia e Sustentabilidade: Transição Em Marcha. **Anais do EVINCI - UniBrasil**, v. 1, n. 2 (2015). Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/332>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRANDT, Marlon. Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: Colonização e rupturas. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson. **Oeste de Santa Catarina: Território, ambiente e paisagem**. Chapecó: São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

CAMPOS, Nazareno José de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete Webler (org.). **O espaço rural de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 121 - 143.

BORÓN, Atílio et.al. (1998). **A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social**. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.), Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo, Paz e Terra, p.139-180.

CANCELIER, Janete Webler. **A agricultura familiar como agente produtora do espaço rural no município de Chapecó-SC**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia. Florianópolis, SC, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90075>. Acesso em: 13 nov. 2019. 146 f.

CANCELIER, Janete Webler. **O espaço rural de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, dez. 1991. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319>. Acesso em: 13 nov. 2019.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 108p. EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. Acesso: 09 maio 2019. 70 p. ISBN: 85-7383-364-5

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 168p.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Panorama da educação do campo**. Brasília: Inep, 2007.

Krohling, Aloísio. Lacerda, Moara Ferreira. OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS JORNADAS DE JUNHO NO BRASIL. Acesso em: 19/08/2019. Disponível em: [http://www.periodicos.ufes.br/?journal=scsufes&page=article&op=view&path\[\]=8564](http://www.periodicos.ufes.br/?journal=scsufes&page=article&op=view&path[]=8564)

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 41-47, out. 1986.

LAZZARI, Francini Meneghini. SOUZA, Andressa Silva. **REVOLUÇÃO VERDE: IMPACTOS SOBRE OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS**. Acesso em 12/08/2019. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/4-3.pdf>

LINDENMEYER, Pedro Marcon. Colonização e devastação no planalto oeste catarinense. 2009. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis. UFSC. Brasil., v.1, n.2, 2009. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/140/159>. Acesso em: 12 out. 2019. ISSN: 1984-3968

MARQUES, Viriato Soromenho. **O ambiente na Encruzilhada: por um futuro**

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. Lua Nova, São Paulo, n. 17, p. 49-66, June 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20/10/2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>.

MORETTO, Samira Peruchi; RIBEIRO, Michely Cristina. Oeste Catarinense: Ocupação e transformação ambiental do século XX. *In*: NASCIMENTO, Ederson; VILLELA, Ana Laura Viana; MAIA, Claudio Machado. **Território e Sociedade: Novos Estudos sobre Chapecó e Região.** [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

NETTO, Marcos Mergarejo. A agricultura familiar e suas organizações. **Revista Acta Geográfica.** v. 2, n. 4 (2008): jul./dez, p. 17-30, 2008. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/194>. Acesso em: 20 set. 2019.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. **A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores.** *Estud. av.*, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, Apr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100010>.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. *In*: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004b, p. 29-70.

PERTILE, N. Espacialidade das ações humanas: o trabalho cotidiano na agricultura familiar do Oeste catarinense. *In*: Nazareno José de Campos; Marlon Brandt; Janete Webler Cancelier. (Org.). **O espaço rural de Santa Catarina?** Novos estudos. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, v. 1, p. 115-129.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **A sustentabilidade da agricultura familiar: Implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005. 167 p.

RIBEIRO, Raphael Medina; CLEPS JUNIOR, João. Movimentos Sociais Rurais e a luta Política Frente ao Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária,** v. 6, n. 11, p. 75-112, fev., 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12110>. Acesso em: 12 nov. 2019.

RODRIGUES, Márcio Luiz; NEUMANN, Rosane Márcia. Colônias e colonizadoras na região Oeste de Santa Catarina: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil (1925 a 1950). *In*: **XXVIII Simpósio Nacional de história.** Florianópolis: julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434423276_ARQUIVO_Coloniasecoloniadorasna regioaoOestedeSantaCatarina.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

SANTOS, José Lima. A Crise no ambiente e o futuro da agricultura. *In*: MARQUES, Viriato Soromenho. **O Ambiente na Encruzilhada, por um futuro sustentável.** Campo Grande: Esfera do Caos Editores, 2010, p 237.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade na agricultura familiar no Brasil e implementações para políticas públicas. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SILVA, Cesar Augusto Freyesleben; HEIDEN, Francisco Carlos; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; PAUL, José Maria (org.). **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2. ed. rev. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003. 99 p.

SILVA, Ligia Osario. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850**. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2008. 391 p. v. 1.
sustentável. 1. ed. Campo Grande: Esfera, 2010. 237p. v. 1.

TARROW, Sidney. **Lutando para reformar: movimentos sociais e mudança de políticas**. Universidade de Cornell, Ithaca N.Y, 1983.

TEDESCO, João Carlos. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: Velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo fundo - Pós-anos 90**. 1. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo; EST, 2006. 206 p. ISBN: 85-7515-334-X

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2003000200003>.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 61-78, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000100061&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FONTES

APACO. **Ata das assembleias Ordinárias e Extraordinárias**. Chapecó, 1989. p, 01 a 20

APACO. **Projeto 15.025 – Juventude Rural**. Chapecó, 2015

APACO. **Consolidação da produção orgânica, da agricultura familiar através de capacitação e da certificação de produtos coloniais na Região do Oeste Catarinense**. Chapecó 2016

APACO. **Eco Mudança - BIOFERTILIZANTES PARA AGROECOLOGIA**. Chapecó, 2018